

**UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES
MERIELY FERREIRA DE ALMEIDA**

**ACESSIBILIDADE FÍSICA EM BIBLIOTECAS DA REDE FEDERAL
DE ENSINO: políticas públicas para pessoas com necessidades específicas**

**Mogi das Cruzes
2015**

**UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES
MERIELY FERREIRA DE ALMEIDA**

**ACESSIBILIDADE FÍSICA EM BIBLIOTECAS DA REDE FEDERAL
DE ENSINO: políticas públicas para pessoas com necessidades específicas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Mogi das Cruzes como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Realidade Regional: Qualidade de Vida e Dignidade Humana.

ORIENTADORA: PROF^a. DRA. IVONE PANHOCA

**Mogi das Cruzes
2015**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade de Mogi das Cruzes – Biblioteca Central

Almeida, Meriely Ferreira de

Acessibilidade física em bibliotecas da rede federal de ensino: políticas públicas para pessoas com necessidades específicas / Meriely Ferreira de Almeida. – 2015.

77 f.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade de Mogi das Cruzes, 2015

Área de concentração: Realidade Regional: Qualidade de Vida e Dignidade Humana.

Orientador: Prof^a Dr^a Ivone Panhoca

1. Acessibilidade 2. Biblioteca acessível 3. Educação inclusiva 4. Formação do bibliotecário I. Panhoca, Ivone

CDD 362.4

ATAS

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

Às quatorze horas do dia onze de março de dois mil e quinze, na Universidade de Mogi das Cruzes, realizou-se a defesa de dissertação intitulada "Acessibilidade Física em Bibliotecas da Rede Federal de Ensino - Políticas Públicas para Pessoas com Necessidades Específicas" pelo(a) candidato(a) **Meriely Ferreira de Almeida** para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas. Tendo sido o número de créditos alcançados pelo(a) mesmo(a) no total de 56 (cinquenta e seis), a saber: 40 unidades de crédito em disciplinas de pós-graduação e 16 unidades de crédito no preparo da dissertação, o(a) aluno(a) perfaz assim os requisitos para obtenção do grau de Mestre. A Comissão Examinadora estava constituída dos Senhores Professores Doutores Ivone Panhoca e Tamara Iwanow Cianciarullo da Universidade de Mogi das Cruzes, e Evani Andreata Amaral Camargo do Centro Universitário Moura Lacerda, sob a presidência da primeira, como orientadora da dissertação. A Sessão Pública da defesa foi aberta pela Senhora Presidente da Comissão, tendo em seguida o(a) candidato(a) realizado a apresentação da dissertação. Concluída a apresentação, tiveram início as arguições pelos Membros da Comissão Examinadora. A seguir a Comissão, em Sessão Secreta, conforme julgamento discriminado por cada membro, considerou o(a) candidato(a)

Aprovada por Unanimidade
(aprovado(a)/reprovado(a)) (unanimidade/maioria)

Mogi das Cruzes, 11 de março de 2015.

Comissão Examinadora

Julgamento

Evani J. Amaral Camargo
Profª Drª Evani Andreata Amaral Camargo

Aprovada
(aprovado(a)/reprovado(a))

Tamara Iwanow Cianciarullo
Profª Drª Tamara Iwanow Cianciarullo

Aprovada
(aprovado(a)/reprovado(a))

Ivone Panhoca
Profª Drª Ivone Panhoca

Aprovada
(aprovado(a)/reprovado(a))

Aos meus pais, Geraldo e Irida, por existirem e pelo extremo amor!

Ao meu amor, Fábio, pelo incentivo, apoio e compreensão que, nestes dois anos, foi minha estrutura nesta empreitada. Tudo seria árduo se não fosse pelo fato de estar caminhando ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por proporcionar-me grandes conquistas.

À orientadora, professora Dra. Ivone Panhoca, por ter acreditado na possibilidade de execução deste trabalho e pelos grandes ensinamentos que me proporcionou. Meus sinceros agradecimentos.

À professora Dra. Tamara Iwanow Cianciarullo, pelo interesse no trabalho e pelas ricas contribuições dadas no exame de qualificação, e por ter aceitado o convite para compor a banca examinadora.

À professora Dra. Rosária Maria Netto Prados, pela leitura e pela colaboração dada durante o exame de qualificação.

À professora Dra. Evani Andreata Amaral Camargo, pela gentileza em aceitar fazer parte da banca examinadora.

À professora Dra. Sílvia Cristina Martini Rodrigues, pela generosidade de compartilhar seu conhecimento para enriquecer este trabalho.

Aos professores do Mestrado, por compartilharem conhecimentos e experiência acadêmica.

Ao meu irmão, Geraldo, pelas diversas vezes que me ligou para me fazer companhia. Como é bom poder contar contigo e saber que me ama.

À minha sobrinha Beatriz, e minha cunhada Cristina, por fazerem parte da minha caminhada.

Às minha amigas Érica, Leandra, Lidiane, Liliane e Thaís pelo apoio e pelas palavras de incentivo.

À colega Lurdinha, pela presença acolhedora e amiga.

Aos colegas do Mestrado, pelo companheirismo e apoio.

Cuidemos do nosso coração porque é de lá, que sai o que é bom e ruim, o que constrói e destrói.

Papa Francisco

RESUMO

A implantação de políticas públicas de acessibilidade em lugares públicos é imprescindível. As ações de acessibilidade e a prática da inclusão são os grandes desafios para as instituições de ensino, que devem garantir o direito à educação a todos os cidadãos. Assegurar o cumprimento desse direito implica no reconhecimento de que as diferenças das pessoas exigem atendimentos específicos. A biblioteca, um dos setores de instituições de ensino, deve ter a preocupação de ofertar cidadania e oferecer a inclusão a todos. O objetivo do estudo foi propor recomendações para a implantação de acessibilidade física no interior da biblioteca do Campus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. Assim, realizou-se um levantamento bibliográfico nas principais bases de dados do meio eletrônico. Também, foi realizada uma pesquisa documental no Campus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. Paralelamente, foram aplicados questionários sobre acessibilidade a bibliotecários atuantes na rede federal de ensino. Após realização da coleta de dados, foi feita uma análise através de porcentagem e uma análise por categoria. Os resultados trazem dados significativos sobre a acessibilidade em bibliotecas da rede federal de ensino e, por fim, são sugeridas algumas recomendações para tornar a biblioteca acessível.

Palavras-chave: Acessibilidade - Biblioteca Acessível - Educação Inclusiva - Formação do bibliotecário

ABSTRACT

Accessibility implementation public policies in public places is essential. Accessibility actions and the inclusion practice are the key challenges for educational institutions, which should ensure all the citizens the right for education. To ensure this law, it implies to recognise the differences among people that requires specific care. The library, one of the sectors of education institutions, should take care in offering citizenship and including everyone. The aim of the study was to propose recommendations for the implementation of physical accessibility within São João del-Rei Campus library, from Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. Thus, there was a literature major in the electronic media databases. Also, a documentary research in Campus São João del Rei was held in Instituto Federal de Educação do Sudeste de Minas Gerais. In addition, questionnaires were applied about accessibility to active librarians in federal schools. Upon completion of the data collection, an analysis was made by percentage and an analysis by category. The results provide significant data on the accessibility of the federal school system libraries and, finally, some recommendations are suggested so that the library becomes more accessible.

Keywords: Accessibility - Accessible Library - Inclusive Education - Training Librarian

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Idade dos participantes	33
Gráfico 2 – Ano de formação dos participantes	34
Gráfico 3 – Instituição de formação do bibliotecário	34
Gráfico 4 – Instituições onde os participantes estão lotados	35
Gráfico 5 – Responsabilidade da Instituição com a acessibilidade	36
Gráfico 6 – Instituição acessível.....	37
Gráfico 7 – Projeto de acessibilidade	38
Gráfico 8 – Biblioteca acessível	39
Gráfico 9 – Norma Técnica NBR 9050:2004	40
Gráfico 10 – Atendimento da Biblioteca.....	40
Gráfico 10 – Capacitação profissional.....	41
Gráfico 11 – Experiência profissional	42
Gráfico 12 – Participação em eventos	42
Gráfico 13 – Disciplina sobre acessibilidade	43
Gráfico 14 – Atendimento a pessoas com necessidades específicas	44
Gráfico 15 – A idade dos participantes e a capacidade de prestar um bom atendimento	44
Gráfico 16 – Informações prestadas pela instituição à biblioteca	46
Gráfico 17 – Funcionários com necessidades específicas	46
Gráfico 18 – Usuários da biblioteca com necessidades específicas	47
Gráfico 19 – Usuários da comunidade externa.....	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES	11
1.1.1 Histórico da Educação Brasileira: com ênfase na educação especial	12
1.2 ACESSIBILIDADE	22
1.2.1 Acessibilidade em Bibliotecas	25
2 OBJETIVOS	29
2.1 OBJETIVO GERAL	29
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	29
3 MÉTODO	30
3.1 NATUREZA DO ESTUDO	30
3.2 CONTEXTO	30
3.3 DADOS DOS SUJEITOS	30
3.4 MÉTODO DE COLETA DE DADOS.....	30
3.4.1 Critérios de Inclusão	31
3.4.2 Critérios de Exclusão.....	31
3.5 MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS	32
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
4.1 SOBRE OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	33
4.2 SOBRE A INSTITUIÇÃO	35
4.3 SOBRE A BIBLIOTECA	38
4.4 SOBRE O BIBLIOTECÁRIO.....	41
4.5 SOBRE OS USUÁRIOS	45
4.6 SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE FÍSICA NA BIBLIOTECA	48
4.7 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	51
5 RECOMENDAÇÕES, CONSIDERADOS OS RESULTADOS OBTIDOS	52
5.1 ENTRADA DA BIBLIOTECA	52
5.2 ESPAÇOS INTERNOS DA BIBLIOTECA.....	52
5.3 EQUIPE DE TRABALHO	55
6 CONCLUSÕES	56
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE A – Termo Consentimento Livre e Esclarecido	66
APÊNDICE B – Questionário	69
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP	72

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, muito tem se falado sobre inclusão social para pessoas com necessidades específicas. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estabelecidos através do Censo de 2010, 23,9% da população brasileira tem alguma deficiência, porém estes dados não englobam casos de pessoas em situação de mobilidade reduzida por tempo determinado, o que pode elevar ainda mais a parcela de pessoas com necessidades específicas (BRASIL, 2010). Para esclarecer, pessoas com necessidades específicas são aquelas que, temporária ou permanentemente, têm habilidade restrita de conviver com o meio e usufruí-lo. Este grupo é formado por usuários de cadeiras de rodas ou muletas, deficientes auditivos e visuais, deficientes mentais, idosos, gestantes, obesos e os convalescentes cirúrgicos.

Imprescindível é entender e considerar o direito de ir e vir que pertence àquelas pessoas que não encontram portas largas, rampas de acesso, que não conseguem frequentar sala de aula, não podem ler livros impressos, dentre outras limitações. Estes direitos são assegurados pela Constituição Brasileira de 1988, no artigo 5, capítulo I, onde diz que “[...] todos são iguais perante a lei, garantindo-se aos brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, e à propriedade.”(BRASIL, 1988). Dispõe deste modo, a conceder de forma comedida o direito social ao pacote básico de sobrevivência, sendo o acesso à saúde, ao trabalho, à educação e ao lazer.

A educação é a base de uma sociedade, seja ela avançada ou em desenvolvimento. Por meio dela o homem determina seus objetivos, suas relações e busca realizar seus anseios. Em seu artigo 26, Capítulo I, a Declaração Mundial dos Direitos Humanos relata:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito (ONU, 1948).

Quando direcionamos a discussão para a área da educação, fica claro que sem instalações adequadas não pode haver trabalho educativo. As limitações decorrentes de ambientes inapropriados às pessoas com necessidades específicas são fatores associados à sua segregação, principalmente as nomeadas barreiras arquitetônicas, urbanísticas e ambientais, designadas pela Norma Técnica NBR 9050:2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como “elemento natural, instalado ou edificado que impeça a

aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano” (ABNT, 2004, p. 2).

As pessoas com necessidades específicas contam com uma legislação farta, com leis que protegem seus direitos e endossam a questão da acessibilidade. Torna-se, portanto, indispensável que ocorra a implantação de políticas públicas objetivando a acessibilidade na educação. Importante salientar que um ambiente educacional inclusivo é aquele que promove a construção do conhecimento ao alcance de todas as pessoas, respeitando todo tipo de diversidade. Ser diferente é também ser munido de possibilidades, enfim, ser portador de alguma necessidade específica é ter direito de mostrar suas potencialidades.

Várias instituições terão que adaptar suas instalações, serviços e sistemas de informação a fim de obter a superação de barreiras que impedem a acessibilidade, ampliando e oportunizando o atendimento de pessoas com necessidades específicas. Buscando a adequação imposta, o Campus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, vem desenvolvendo medidas de adaptação, como reforma, e ações nos projetos de futuras obras, visando a inclusão de sua comunidade acadêmica e da comunidade em geral. No Campus, a biblioteca tem papel primordial de tratar, organizar, armazenar, promover o uso e o acesso à informação nas diversas áreas do conhecimento, buscando a satisfação dos usuários.

Visando acesso igualitário a todos os seus setores, quais medidas serão necessárias para a adequação do espaço da biblioteca do Campus São João Del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais?

Há diversas leis e normas para a padronização da acessibilidade, porém segundo Mazzoni *et al.* (2001, p. 31) “A acessibilidade não deve ser caracterizada por um conjunto de normas e leis, e sim por um processo de observação e construção, feito por todos os membros da sociedade.” Deste modo, a justificativa de um trabalho voltado para cada biblioteca, dentro de seu contexto e de sua instituição, torna-se válida. O estudo visa enriquecer a literatura da área de acessibilidade em bibliotecas, oferecendo um novo olhar para as questões estudadas.

Enfim, observa-se a importância de bibliotecas se adequarem aos acontecimentos que atingem a sociedade, especialmente aos novos rumos tomados por instituições de ensino. Do ponto de vista sistêmico, a biblioteca não é um organismo autônomo, mas um subsistema influenciado e que interage com instituições superiores. Neste contexto, seus objetivos e serviços sofrem alterações constantes devido a mudanças informacionais, sociais, políticas e econômicas. Seu planejamento deve estar alinhado com a missão, visão, finalidades e princípios das instituições a que estão subordinadas.

Desta forma o trabalho foi dividido em duas partes: a primeira traça um histórico sobre as políticas públicas de educação no Brasil, um apanhado da história da educação especial, mostrando a trajetória da legislação brasileira para pessoa com deficiência, também foi explorado o tema acessibilidade e a legislação pertinente, ao passo que procurou apresentar o cenário das políticas públicas de acessibilidade nas instituições de ensino brasileiras e em suas bibliotecas. A segunda parte apresenta a metodologia utilizada na pesquisa, os resultados e discussões após análise de dados dos questionários aplicados aos participantes da pesquisa, que foram bibliotecários atuantes em bibliotecas da rede federal de ensino.

1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

As políticas públicas de educação no Brasil presumem que educação é direito de todos, e buscam contribuir com a formação de escolas democráticas e uma sociedade imparcial e humana. A formulação de políticas públicas ocorre no momento que os governos democráticos usam seus propósitos e plataformas eleitorais em programas, planos, metas e ações para produzirem resultados ou mudanças na sociedade, e o governo não é o único ator nas políticas públicas, existem vários atores participando do processo, como as associações, Organizações Não Governamentais, empresas, instituições públicas e privadas.

O Brasil, todavia, apresenta níveis de pobreza elevados, um mercado de trabalho desestruturado e muita desigualdade social. Pochmann (2004, p. 8) explica que “[...] o país não conseguiu combinar o crescimento econômico com a construção de uma sociedade justa, democrática e socialmente desigual.” De acordo com Oliveira (2011, p. 156):

O processo de conexão entre cidadania e política pública sofre a interferência da capacidade estatal em promover intervenção na sociedade ou na economia, bem como das relações entre os diferentes campos estatais e sua autonomia em relação à própria sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p. 156).

A leitura histórica da educação é fundamental para a percepção de elementos, dados, fatos e mudanças instituídos ao longo da construção da atual realidade educacional. Portanto, a análise proposta nesse tópico envolve dois momentos: primeiramente um breve histórico da educação brasileira, com ênfase na educação inclusiva, apresentando um longo caminho de injustiça social e exclusão educacional e escolar, que foi e é trilhado principalmente por

indivíduos na luta por uma educação de qualidade e acessível. O segundo momento aborda o tema acessibilidade.

1.1.1 Histórico da Educação Brasileira: com ênfase na educação especial

Esta retrospectiva histórica da educação brasileira faz um levantamento das constituições e parte da legislação do Brasil, descrevendo alguns apontamentos acerca da educação inclusiva.

Com a vinda da família real, em 1808, e passado alguns anos (quando D. Pedro II tornou-se imperador, após o processo de Independência do Brasil) foi outorgada a *Constituição Política do Imperio do Brazil*, em 25 de março de 1824, conhecida como a Constituição Imperial. A educação aparece em um dos seus artigos, o artigo 179: “[...] é garantida pela Constituição do Imperio [...] A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos”, em seguida garante a oferta de “Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes” (BRASIL, 1824). Deste modo, constituía-se o compromisso do Império de prover a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, sendo certificado em 1827, pela Lei de 15 de outubro, que previa a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e vilarejos (BRASIL, 1827).

Sobretudo, o maior avanço da educação na época, se consuma com o Ato Adicional à Constituição, em 12 de novembro de 1834, segundo Castanha (1996, p. 171) o “Ato Adicional é visto como fator determinante na definição das políticas de instrução pública elementar [...]”, já que ele atribui às províncias a incumbência de conceber e organizar o ensino primário e secundário, tangendo ao poder central apenas o compromisso pela educação do município neutro e o ensino superior.

Quanto à educação especial, o marco inicial foi em 12 de setembro de 1854, quando D. Pedro II, através do Decreto Imperial n. 1.428, instituiu na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Mais tarde, em 17 de maio de 1890, Marechal Deodoro da Fonseca, e o Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant mudaram o nome do Instituto para Instituto Nacional dos Cegos, e aprovaram seu regulamento. Em 24 de janeiro de 1891, novamente transmutou-se o nome, passando a ser Instituto Benjamin Constant (MAZZOTTA, 2011).

Segundo Mazzotta (2011), D. Pedro II, em 26 de setembro de 1857, criou o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, também no Rio de Janeiro. Mais tarde, em 1957, passaria a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos. Desde seu início, a referida escola

configurou-se como um instituto educacional revertido para o ensino literário e a instrução profissional de meninos com deficiência surdo-mudo, com idade entre 7 e 14 anos.

Em 1891, com a mudança do regime de governo para o presidencialismo, é promulgada a Constituição de 1891, herdando o caráter da transformação do Estado brasileiro, que transpõe o modelo unitário para o padrão descentralizado, conforme Baracho e Souza (2010).

A Constituição de 1891, no artigo 35, declara a competência da União em “[...] animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências [...]”, como também “[...] criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados [...]” e “[...] prover a instrução secundária no Distrito Federal [...]”, cabendo aos Estados a criação e controle do ensino primário e do ensino profissional. No artigo 72, afasta a educação das mãos da Igreja, declarando-se que: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (BRASIL, 1891).

A descentralização da educação básica, instituída em 1834, foi mantida pela República na Constituição de 1891, impedindo mais uma vez o governo central de articular e conduzir a generalização do ensino fundamental, o que expandiu, nas décadas seguintes, a distância entre as elites do país e as camadas sociais populares, segundo Cunha (1978).

A década de 30 é marcada por um momento relevante da história, denominado como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, encabeçado por Fernando de Azevedo, o que representou a tomada de consciência de que a educação deve ser obrigatória, pública e gratuita e dever do Estado. Além disso, foi constituída uma reforma dos costumes e de expansão da “linguagem escolar”, que extrapolou as paredes da sala de aula, conquistando as ruas, as praças, cinemas, teatros. Foram fomentados novos materiais didáticos e prédios especialmente desenvolvidos para instituição de ensino, que incluíam bibliotecas, laboratórios, quadra de esportes, e motivando a produção de uma literatura pedagógica (PENNA, 2008).

Em 1934, é proclamada a nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, no dia 16 de julho. Segundo Baracho e Souza (2010, p. 509) a “Constituição de 1934 foi definitivamente influenciada pelo intervencionismo estatal, seguindo o modelo da Constituição alemã de Weimar, de 1917, e possibilitando o alargamento das competências da União para garantir a prestação dos direitos sociais”.

A Carta constituinte aborda a educação nos artigos 5, 148, 149 a 158. A educação passa a ser direitos de todos, como descreve o artigo 149:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL, 1934).

Desde então, a União passou a ser responsável por criar as diretrizes para a educação nacional e definir um Plano Nacional de Educação, que no entanto só surge em 1961. Pela nova constituição, o ensino primário seria oferecido gratuitamente por instituições públicas e a frequência haveria de ser obrigatória para aqueles que estivessem em idade escolar. Avanços significativos são constatados com a Constituição de 1934, em especial, no que se refere à melhoria na qualidade da educação ofertada pelo Estado, uma vez que foram destinados recursos dos orçamentos para sua realização, oportunizando condições de tornar o ensino acessível a uma grande parcela da população (TEIXEIRA, 2008).

A quarta Constituição da história brasileira, tida como a Constituição do Estado Novo, foi outorgada pelo presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937. A democracia e a federação foram perfiladas apenas formalmente, pois todas as decisões da União passavam a ser do Presidente da República, mostrando essência autoritária e centralista (BARACHO e SOUZA, 2010).

A partir do estabelecimento do Estado Novo, o Estado destituiu a sua obrigação frente à educação, que passa a ser uma ação meramente supletiva. Até mesmo a gratuidade do ensino garantido na Carta de 34, ficou maculada na Constituição de 1937, conforme o artigo 130:

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. (BRASIL, 1937).

O país vivenciava um cenário de mudanças políticas, econômicas e sociais, e todas estas mudanças refletem na jornada da Educação Especial. Nesse período, havia um número significativo de instituições destinadas à Educação Especial, de caráter privado e/ou filantrópico-assistencial, com cerne nos deficientes mentais e visuais. O paradigma de educação era direcionado para a caridade pública. A filantropia teve o papel de trazer à tona reflexões, no sentido de reconhecer a igualdade dos direitos humanos.

O fim do Estado Novo, em 1945, e o processo de redemocratização objetivaram a proclamação da Constituição de 1946, de cunho liberal e democrático. A nova Constituição

recuperou elementos da Constituição de 1934, quebrando a centralização do poder e propondo mecanismo que recuperassem a importância dos Estados-membros dentro da União (BARACHO e SOUZA, 2010). Na área da Educação, determina-se a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e retorna à União a competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Além disso, a nova Constituição fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos e pode ser retomado e consubstanciado o primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1948, projeto que deveria reformular a estrutura educacional deixada pelo Estado Novo. Na época, o país vivia um quadro de instabilidade política, foram treze anos até que o projeto da primeira LDB, a Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fosse aprovada e sancionada pelo então Presidente João Goulart. A mudança era perceptível na composição do alunado que adentrava o ensino público, particularmente aquele posterior ao ensino primário. Todavia a legislação permanecia conservadora e elitista, impondo incontáveis barreiras ao progresso dos alunos na escola (PALMA, 2005).

Conforme Mazzotta (2011), até 1950, havia no Brasil sessenta e cinco instituições que ofereciam algum tipo de atendimento escolar a alunos com necessidades específicas, algumas mantidas pelo poder público e outras particulares, sendo que destas, onze eram especializadas. Alguns destes estabelecimentos de ensino são extremamente importantes no momento de sua criação ou pela força que adquiriam no seu funcionamento, ou ainda, pelo papel desempenhado na evolução da educação especial. Um exemplo é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que no dia 11 de dezembro de 1954, foi fundada no Rio de Janeiro, sendo seguida de várias outras APAEs espalhadas pelo país. Várias manifestações do Movimento Apaeano induziram autoridades dos poderes Executivo e Legislativo a tratarem do problema do “excepcional”.

No final de 1957, o governo federal assume o atendimento educacional aos “excepcionais”, com criação de campanhas especificamente revertidas para este objetivo, assim elencadas: Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro; Campanha Nacional de Educação de Cegos; Campanha Nacional de Reabilitação de Deficientes Mentais (MAZZOTTA, 2011).

Mesmo com o avanço da educação especial, a obrigatoriedade escolar para as pessoas especiais não era universal, como é descrito no artigo 30 da LDB de 1961, que em parágrafo único indica que “Constituem casos de isenção, além de outros previstos por lei: a)

comprovado estado de pobreza do pai ou responsável; b) insuficiência de escolas; c) matrícula encerrada; d) doença ou anomalia grave da criança”.

A fase de redemocratização cessa com a instauração do regime militar em 1964, remodelando a estrutura da União a partir da Constituição de 1967. Mais uma vez, as competências dos poderes Legislativo e Judiciário, foram relegadas à vontade do poder Executivo (BARACHO e SOUZA, 2010). A nova Constituição prenuncia a criação dos planos nacionais de educação, deste modo, em 1969, uma Emenda Constitucional estabeleceu a execução dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento. No I Plano Nacional de Educação, para 1972 a 1974, são apontadas como normas da educação especial a integração e a racionalização (MAZZOTTA, 2011).

Uma nova versão da LDB foi instituída pela Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, sendo que para a educação especial o artigo 9 previa que:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (BRASIL, 1971).

Em 1973, o então Presidente Médici, criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Acontece neste momento a institucionalização da Educação Especial em termos de planejamento de políticas públicas. Diante de tal realidade, o acesso à escola começava a ser instituído de forma lenta e com uma forte tendência a privatização.

Mazzotta (2011) relata que em 1977, o Ministério da Educação e Cultura elabora o I Plano Nacional de Educação Especial (1977/79), em concordância com o II Plano de Educação e Cultura, que foi instituído pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/79). Ainda, segundo Mazzotta (2011, p. 100, grifos do autor), o plano apresentou as seguintes diretrizes:

Ação de extensão do acesso à educação (destacando-se o acesso a tratamento diferenciado), *ação otimizadora* (aproveitando dos recursos disponíveis e integração sob o ângulo pedagógico-administrativo), *ação preventiva* (diagnóstico e atendimento precoces), *ação de aperfeiçoamento* (do sistema educacional, com o máximo de eficiência e o menor custo operacional possível) e *ação continuada* (educação permanente). (MAZZOTTA, 2011, p. 100, grifos do autor).

Em 1980, dá-se início ao III Plano Nacional Desenvolvimento (1980/85), sob o impacto da abertura política. Este plano tinha como objetivo promover rapidamente uma sociedade desenvolvida, equilibrada e estável, em benefício de todos os brasileiros. O III

Plano Setorial de Educação e Cultura tinha como intenção primordial superar as desigualdades sociais, espalhar a educação básica, a fim de cobrir toda a população, tornar o sistema ensino eficiente, desenvolver a cultura e buscar uma versatilidade regional e programática. (BRASIL, 2011).

Os debates se tornaram constantes em torno da educação especial, ganhando força o princípio da integração, que tinha como premissa garantir o acesso das pessoas com necessidades específicas a todos os espaços da sociedade.

Com o fim do regime autoritário em 1985, começa a chamada Nova República. No mesmo ano, em outubro, o CENESP elabora um plano denominado Educação Especial - Nova Proposta, indicando a necessidade imprescindível do restabelecimento da política para a educação especial no país, buscando o entendimento que a assistência às pessoas com deficiências, de problemas de conduta e os superdotados seja responsabilidade de todos. Cabe ressaltar que esta Nova Proposta desenvolve um encaminhamento político da educação especial (MAZZOTTA, 2011).

Em 1986, pelo Decreto n. 93.481, de 29 de outubro, o Presidente Sarney instituiu, no Gabinete Civil da Presidência da República, a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Essa medida apresenta a proposta de traçar uma ação conjunta, visando aprimorar a Educação Especial e a agregar, na sociedade, as pessoas com deficiência, problemas de conduta e superdotadas. Em 21 de dezembro de 1986, o CENESP foi substituído pela Secretaria de Educação Especial (SESPE), passando a integrar a estrutura básica do Ministério da Educação e Cultura, como órgão central de direção superior, em Brasília. A CORDE elaborou um Plano Nacional, em 1987, com o objetivo de implantar uma Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. O Plano foi aprovado pela presidência da República. (MAZZOTTA, 2011).

Com a implementação da Constituição de 1988, uma nova fase da educação brasileira estava começando a surgir. A Constituição teve como marca o processo de descentralização das competências e responsabilidades sociais. A educação passa a ser apresentada como um Direito Social:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010) (BRASIL, 1988).

Portanto, a política educacional passa, a partir de 1988, a ser uma política pública de caráter universal e isso gera mudanças no sistema de ensino. Voltando o olhar para a Educação Especial, a Constituição de 1988, deixa bem explícito no seu artigo 208, inciso III, que o atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino e evidencia a união com as instituições particulares. Esta pode ser identificada, por exemplo, no artigo 227 do título VIII, Capítulo VII da Constituição de 1988, que prevê programas de prevenção, atendimento e treinamento para o trabalho de "portadores de deficiência física, sensorial ou mental" (BRASIL, 1988).

Uma Convenção das Nações Unidas foi realizada em 1989, prevendo direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais, bem como outros direitos humanos e conceitos novos para as crianças, significando um avanço de perspectiva para a educação de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais. Seu reflexo no Brasil levou à elaboração da Lei n. 8069, em 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o seu capítulo IV descreve:

Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

[...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1990).

A década de 1980 é marcada pela grande movimentação popular. Os movimentos na educação nacional denotam o avanço de um movimento em prol da inserção dos alunos com necessidades específicas nas escolas comuns. Portanto, algumas questões de ordem política e da gestão da educação nacional ficam evidentes. Segundo Baracho e Souza (2010, p. 514) o “modelo federativo esculpido na Carta Constitucional de 1988 decorre das inúmeras transformações sociais, políticas e econômicas vivenciadas no país com a derrocada e o processo de redemocratização”.

Depois de uma década de indefinições, de políticas públicas erráticas, de disputa por recursos escassos, e principalmente pelo processo de democratização, em 1990, dá-se início ao um novo período, surgindo as reformas educacionais da educação básica, que se pautaram no modelo neoliberal de educação. O neoliberalismo prevê, dentre outras coisas, o enxugamento do Estado, com a restrição de políticas sociais, a privatização de empresas

públicas, a desregulamentação de mercado e a abertura para a economia globalizada. (WINCKLER e SANTAGADA, 2012).

Conforme Mazzotta (2011), mesmo diante dos planos que foram instituídos até o ano de 1990, a Educação Especial sempre esteve a margem do contexto da educação. A partir de 1993, começa uma significativa melhoria da qualidade da Educação Especial, quando a CORDE, em sua política de integração, buscou articular a Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação (MEC), com o Conselho Federal de Educação. Criou-se a possibilidade da Educação Especial se situar melhor no contexto da educação escolar, do ponto de vista das políticas públicas de educação, significa um grande avanço. Vários documentos oficiais, textos legais e planos educacionais foram elaborados entre 1990 e 1993 e deste modo, o MEC buscava maneiras de promover a inclusão das pessoas com necessidades específicas na rede regular de ensino.

Conforme Pupo, Melo e Ferrés (2006), a partir de 1990, houve uma expansão das ações e movimentos internacionais contra a discriminação e em prol da diversidade humana, gerando uma perspectiva inclusiva. Diante de tantas leis e documentos, alguns mais relevantes devem ser apontados, como a Resolução ONU 45/91, de 14 de dezembro de 1990, aprovada pela 68ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que trata da execução do “Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes” e da “Década das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas”. Esta Resolução propõe uma conscientização para a construção de uma sociedade para todos no seu programa sobre deficiência (ONU, 1990).

Na Assembleia Geral da ONU de 1993, foi decretada a Resolução nº 48/96, intitulada de Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, estabelecendo medidas de implementação da igualdade de participação em acessibilidade, educação, emprego, renda, seguro social, dentre outros. Esta resolução é vista como um avanço na promoção de igualdade no ensino e na acessibilidade (ONU, 1993).

A Declaração de Salamanca, que trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, é resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, pela ONU. Foram definidas regras sobre equalização de oportunidades para pessoas com deficiências, requerendo que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Os governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, foram incentivados a buscar melhores condições de acesso à educação, principalmente para

aqueles cujas necessidades específicas ainda se encontravam bastante desprovidas (ONU, 1994).

Uma nova reforma na educação brasileira foi implantada em 1996, no mês de dezembro, quando foi sancionada a nova LDB, sob o número 9.934, conhecida também como a Lei Darcy Ribeiro. O Senador Darcy Ribeiro usou sua força para que a nova LDB fosse aprovada com um número de artigos abaixo de 100 (92 artigos), garantindo uma lei sem futilidades e fugindo das prolixidades usuais, demonstrando assim, ser um congressista comprometido com a educação. A LDB apresenta um texto de caráter flexível e progressivo, ela está a serviço do aluno, o processo de aprendizagem, deve estar acima de tudo, se posicionando como a razão de ser do sistema educacional (DEMO, 2008).

Segundo Souza e Silva (2002, p. 1) as diretrizes da nova LDB são assim definidas:

Os princípios que regem educação nacional, enunciados no texto constitucional devem ser ajustados, na sua aplicação, a situações reais, que envolvem: o funcionamento das redes escolares, a formação de especialistas e docentes, as condições de matrícula, aproveitamento da aprendizagem e promoção de alunos, os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos para o desenvolvimento do ensino, a participação do poder público e da iniciativa particular no esforço educacional, a superior administração dos sistemas de ensino, as peculiaridades que caracterizam a ação didática nas diversas regiões do país, etc. São esses ajustamentos, essas diretrizes nascidas das bases inscritas na Carta Magna, que se constituem na matéria-prima de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (SOUZA; SILVA, 2002, p. 1).

Cabe destacar que a educação, segundo a LDB, é também tarefa da família (pais ou responsáveis) sendo responsabilidade dela matricular seus filhos e acompanhá-los no processo de educativo. A nova LDB favorece grandes avanços e progressos notáveis nas teorias e práticas de aprendizagem. Trata o professor como eixo central da qualidade de educação. Busca-se a valorização do profissional da educação e o aperfeiçoamento profissional continuado, incluindo-se o licenciamento periódico remunerado, consagrando a ideia essencial de que o aprimoramento profissional faz parte da profissão (DEMO, 2008).

Alguns componentes podem ser realçados na LDB como o aperfeiçoamento profissional continuado e a avaliação do desempenho. A perspectiva de nível superior para os docentes que atuam em educação básica, reforçado com graduação plena, foi revisada na redação dada pela Lei n. 12.796, no artigo 62, do ano de 2013, estabelecendo que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do

magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 2013).

O acesso à educação fundamental passa a ser um direito em qualquer idade. Outros aspectos também são garantidos pela LDB, como a progressiva extensão da obrigatoriedade à educação média, o atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos e a oferta de educação para jovens e adultos, inclusive regular. O acesso ao ensino fundamental passa a ser considerado um direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e ainda o ministério público, acionar o Poder Público para exigi-lo (DEMO, 2008).

No artigo 2, a LDB aponta que é dever de todos assegurar que as crianças em idade escolar estejam frequentando a escola:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Para Demo (2008), a LDB estabelece a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto da escola, comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes, e também os progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, conforme a LDB, artigo 15:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

No que se refere à Educação Especial no artigo 4, parágrafo 3, a LDB diz que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996). A LDB entende a Educação Especial como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”, nova redação dada pela Lei n. 12.796, de 2013 (BRASIL, 2013). Busca garantir o apoio especializado para as instituições e os docentes, a adequação do currículo, entre outros

aspectos que favorecem o fortalecimento da implantação da educação Inclusiva. (BRASIL, 1996).

Para Santos (2008), a década de 90 foi marcada por um intenso debate sobre globalização e seus reflexos sobre as estruturas sociais e políticas, que teve sua origem na demanda por democratização das estruturas públicas e traduziu-se em expressivo crescimento das demandas por cidadania.

1.2 ACESSIBILIDADE

O tema acessibilidade começou a ser discutido no início dos anos 60, quando surgiu nos Estados Unidos e na Europa a elaboração de projetos que pretendia criar espaços livres de barreiras, focando o acesso a deficientes físicos, em particular as pessoas usuárias de cadeiras de rodas (MAZZONI *et al.*, 2001). Em 1973, por motivação histórica o tema desencadeia intensas discussões nos Estados Unidos, pois com os advenços da Segunda Guerra Mundial e final da Guerra do Vietnã muitos soldados voltavam para casa mutilados ou com outras sequelas físicas e necessitavam de um ambiente que os recebesse de forma adequada para reintegração social. Todavia, o auge para as discussões nos Estados Unidos foi em 1980, com a criação de uma espécie de lei civil que promovia a acessibilidade no trabalho, edifícios e transportes públicos, ou seja, qualquer local que fosse de uso coletivo.

O engajamento da ONU para proporcionar acesso livre de barreiras teve um momento marcante em 1981, que foi denominado como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência. Em 1993, foram publicadas as Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, contemplando a Acessibilidade como uma área fundamental para a igualdade de participação. Segundo Nicoletti (2010, p. 23) “Nesta mesma década estabeleceu-se, definitivamente, o conceito de inclusão embora a questão da acessibilidade já estivesse sendo tratada como meio de inclusão das PNEs”.

Acessibilidade é um termo de conceito amplo, que significa a possibilidade de acesso a todas as pessoas ao ambiente edificado, estabelecendo um relacionamento com esse local, com o máximo possível de autonomia e usabilidade. Para Pupo, Melo e Ferrés (2006, p. 17) “acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas”.

A busca por acesso a bens e serviços por pessoas com necessidades específicas no Brasil vem aumentando a cada ano, tornando urgente a promoção de melhorias no trato com a

diversidade. Alguns avanços significativos já são notados em relação à acessibilidade, como a legislação, os códigos e as normas, que são um caminho para a quebra do bloqueio ao desenvolvimento das práticas democráticas, buscando considerar a diversidade dentro da sociedade.

O direito constitucional à acessibilidade no Brasil está inserido na Constituição de 1988, que inclui dentre seus princípios básicos o respeito à dignidade da pessoa humana. A carta constituinte eleva o homem a um ser com direitos, no artigo 5 diz que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988).

A acessibilidade aparece claramente na Constituição de 1988, no artigo 227: "§ 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência." (BRASIL, 1988).

Um ano após, em 1989, a Lei n. 7.853 estabelece as normas gerais para assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, garantindo a sua efetiva integração social (BRASIL, 1989). Tal lei foi regulamentada através do Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, dispendo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção, entre outras providências (BRASIL, 1999).

A Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais passando a incluir o tema acessibilidade em sua redação, quando no artigo 46, dispõe:

Não constitui ofensa aos direitos autorais:

[...]

d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários (BRASIL, 1998).

A prioridade no atendimento a pessoas com necessidades específicas, aos deficientes, aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo foi conquistada com a sanção da Lei n. 10.048, em 2000 (BRASIL, 2000), que mais tarde, recebeu alteração pela redação dada pela Lei n. 10.741, de 2003, onde o artigo 1º passa a dispor que os idosos com idade igual ou superior a

60 (sessenta) anos terão o direito de prioridade (BRASIL, 2003). O Decreto n. 3.956, de 08 de outubro de 2001, promulgou a “Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência” (BRASIL, 2001). A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão através da Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002).

Em 2003, foi instituída a Política Nacional do Livro, Lei n. 10.753, de 30 de outubro. Uma das suas diretrizes visa assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura e equipara ao termo livro os livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual e os livros impressos no Sistema *Braille*. Ao Poder Executivo passa a caber o dever de implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema *Braille* (BRASIL, 2003b).

O Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, é conhecido como o decreto da acessibilidade, regulamentando a Lei n. 10.048, de 08 de novembro de 2000, e a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos à promoção da acessibilidade, nos projetos arquitetônicos e urbanísticos, na comunicação, na informação, nos transportes coletivos, e na realização de obras de destino público ou para a coletividade. Além de formular, executar e manter ações de acessibilidade em planos de moradias sociais, bens culturais imóveis e produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia preparados ou especialmente projetados com o intuito de promover a autonomia do público-alvo (BRASIL, 2004).

O Brasil, através do Decreto Legislativo n. 186 de 2008 e do Decreto n. 6.949 de 2009, aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, bem como seu Protocolo Facultativo, valorizando a atuação conjunta entre sociedade civil e governo. A Convenção prevê monitoramento periódico e avança na consolidação diária dos direitos humanos ao permitir que o Brasil relate a sua situação e, com coragem, reconheça que, apesar do muito que já se fez, ainda há muito a ser realizado (BRASIL, 2008; 2009).

Em 2011, o governo brasileiro aprovou o Decreto n. 7.612, que instituiu o “Plano Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limite”, detalhando as áreas de ações básicas para a promoção do acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade (BRASIL, 2011).

A legislação nacional, progressivamente procura estabelecer normas, regulamentos e definições que conscientizem e impulsionem no sentido de superar as barreiras físicas e atitudinais, na busca de soluções que minimizem as limitações das pessoas com necessidades

específicas e facilitem seu acesso à cultura, lazer e ao conhecimento (PUPO; MELO; FERRÉS, 2006).

Ressalta-se, entre outras coisas, que acessibilidade não se resume apenas a um conjunto de soluções para pessoas com necessidades específicas. Assim graças à evolução nas discussões sobre o assunto, acessibilidade hoje é entendida também como a forma de “projetar para todos”, não importando quais as características das pessoas. O que se espera agora, é uma mudança cultural que subsidie a implementação da legislação, para que o país seja tão avançado em termos práticos quanto o é no que diz respeito à suas referências legais e normativas na temática do acesso universal.

1.2.1 Acessibilidade em Bibliotecas

A educação inclusiva tem a proposta de mudar paradigmas e de superar obstáculos através da reestruturação do ensino, da cultura, das ações práticas e, sobretudo, das políticas vivenciadas nas instituições de ensino, respeitando as diversidades dos alunos e proporcionando autonomia. Nas instituições de ensino a biblioteca tem o papel de auxiliar nas atividades de pesquisa, ensino e extensão, oferecendo acesso à informação, criando condições de disseminação do conhecimento e tornando-se um espaço de convivência.

Uma instituição educacional inclusiva exige que sua biblioteca seja acessível a todos. Na biblioteca o bibliotecário é de fundamental importância na concretização e no sucesso da inclusão informacional dos usuários com necessidades específicas, buscando a permanente educação continuada em sua qualificação profissional (SOUZA *et al.*, 2013).

Coutinho e Silva (2012) com base no Decreto n. 5.296, citado na seção anterior, frisam a evidente importância e necessidade de desenvolver ações que proporcionem o acesso a ambientes de qualquer órgão público, principalmente os que se destinam à promoção da educação e do conhecimento.

O bibliotecário tem responsabilidade de exercer sua função social na comunidade, tornando a biblioteca acessível não só fisicamente, mas também socialmente para todos os usuários, inclusive os com necessidades específicas (GIACUMUZZI; NUNES; JARDIM, 2011).

A biblioteca acessível se desenvolve a partir de vários aspectos, Mazzoni *et al.* (2001, p. 31, grifos do autor) destacam que:

[...] a acessibilidade envolve tantos *aspectos urbanísticos* (estacionamento, caminhos de acesso), como *aspectos arquitetônicos* (iluminação, ventilação, espaço para circulação entre ambientes, banheiros, rampas adequadas etc.) e *aspectos de informação e comunicação* (sinalização, sistemas de consulta e empréstimo, tecnologia de apoio para usuários portadores de deficiências, sistemas para acesso remoto etc.). Qualificando todos os aspectos anteriores se encontram os *aspectos atitudinais* - como as pessoas compreendem e constroem o processo de acessibilidade -, o que pode valorizar ou degradar os projetos originais (MAZZONI *et al.*, 2001, p. 31, grifos do autor).

A acessibilidade arquitetônica em bibliotecas pode ser baseada em alguns documentos. Dentre estes documentos, encontram-se as normas brasileiras de acessibilidade, criadas pela ABNT: a NBR 15599:2008 - Acessibilidade - Comunicação na Prestação de Serviços, e a NBR 9050:2004 - Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.

Davok *et al.* (2013) ressaltam que avaliar se a infraestrutura de uma biblioteca é acessível exige instrumentos que completem indicadores e padrões de qualidade, como as Normas Técnicas NBR 9050:2004 e NBR 15599:2008. E a partir destes instrumentos, torna-se viável realizar diagnósticos, avaliações e produzir informações úteis e oportunas para os processos decisórios.

Segundo a Norma Técnica NBR 9050:2004 (ABNT, 2004, p. 2), acessibilidade pode ser definida como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Tal definição em momento algum indica que a condição seja voltada apenas para pessoas com necessidades específicas, o que leva a considerar que a acessibilidade é para todos, significando a construção de espaços que possam ser frequentados e desfrutados por todos: gestantes, jovens, idosos, obesos, pessoas com deficiência, crianças, sem distinção.

Uma biblioteca acessível é um espaço que permite a presença e usabilidade de todos os usuários. Ela tem o dever de acolher a maior variedade de público possível e oferecer todos seus produtos e serviços, a fim de auxiliá-los em suas atividades. Deve possuir instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população. “As bibliotecas devem estimular a autonomia e independência acadêmica dos usuários, para isso é necessário que elas estejam equipadas e preparadas com recursos de acessibilidade, com infraestrutura que oportunize estudos e pesquisa para todos os tipos de usuários” (FONSECA; GOMES; VANZ, 2012, p. 2795).

Uma ferramenta atual, que possibilita a acessibilidade comunicacional e informacional na biblioteca é a tecnologia assistiva, que o instituído pela Portaria n. 142, de 16 de novembro de 2006, define como:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2008).

A correta organização, a sensibilização dos funcionários, o uso da tecnologia assistiva e a acessibilidade física, urbana, arquitetônica e de produtos, representa um dos pilares centrais no planejamento de uma biblioteca acessível, e o conceito de Design Universal é determinante para a concepção deste espaço. O Desenho Universal, conceito desenvolvido por profissionais de arquitetura, é definido pela Norma Técnica NBR 9050:2004 (ASSOCIAÇÃO..., 2004, p. 3) como o espaço “que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população”. Este termo reconhece que a flexibilidade de uso é mais importante que medidas estáveis, e que a diferenciação de mobiliário e trajetos já é um ato de estigmatizar certos coletivo sendo, assim, um ato de exclusão.

O Desenho Universal tem como finalidade desenvolver produtos e planejar ambientes visando o uso por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou design diferenciado. Conforme Carletto e Cambiaggi (2008, p. 10):

O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A idéia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos (CARLETTO; CAMBIAGGI, 2008, p. 10).

Segundo Mazzoni *et al.* (2001, p. 30, grifo do autor):

Um produto ou sistema projetado sob o conceito de *desenho para todos* incorpora características que, além de permitir a sua utilização por pessoas portadoras de deficiência, tornam o seu uso muito mais fácil e confortável para todos usuários (MAZZONI *et al.*, 2001, p. 30, grifo do autor).

O planejamento de instalação e funcionamento de uma biblioteca acessível, seja em pré ou em pós-ocupação, exige um ideal de acesso democrático e irrestrito a todas as pessoas, estes são os princípios do desenho universal, ou desenho para todos (PUPO; MELO; FERRÉS, 2006).

O site Acessibilidade Brasil [<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=42>] apresenta os sete pressupostos do conceito de Desenho Universal:

1- Equiparação nas possibilidades de uso

O design é útil e comercializável às pessoas com habilidades diferenciadas.

2- Flexibilidade no uso

O design atende a uma ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades.

3- Uso Simples e intuitivo

O uso do design é de fácil compreensão, independentemente de experiência, nível de formação, conhecimento do idioma ou da capacidade de concentração do usuário.

4- Captação da informação

O design comunica eficazmente ao usuário as informações necessárias, independentemente de sua capacidade sensorial ou de condições ambientais.

5- Tolerância ao erro

O design minimiza o risco e as conseqüências adversas de ações involuntárias ou imprevistas.

6- Mínimo esforço físico

O design pode ser utilizado com um mínimo de esforço, de forma eficiente e confortável.

7- Dimensão e espaço para uso e interação

O design oferece espaços e dimensões apropriados para interação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho, postura ou mobilidade do usuário (ACESSIBILIDADE, 2002).

A biblioteca deve ter preocupação com a cidadania e oferecer a inclusão necessária. Deve criar seu espaço de acordo com a legislação existente, as Normas Técnicas e com o Desenho Universal. Ainda, segundo Mazzoni e outros (2001, p. 34) “a acessibilidade é um processo dinâmico, associado não só ao desenvolvimento tecnológico, mas principalmente ao desenvolvimento da sociedade”. Portanto a acessibilidade deve estar em todos os lugares refletindo qualidade de vida para a sociedade.

O conceito de acessibilidade como fator de inserção de pessoas com necessidades específicas na sociedade está sendo entendido e valorizado cada vez mais, bem como exigido pela população, como critério de qualidade e como direito básico dos cidadãos. Acessibilidade é condição prévia para a inclusão social. É um direito básico que garante a não discriminação do cidadão em função das suas necessidades específicas.

Contudo, é preciso conhecer as necessidades dos usuários e a missão da biblioteca dentro da instituição para que ela se torne, além de acessível, um ambiente inclusivo, estimulando a autonomia e a independência dos seus usuários.

O presente estudo se justifica pelo anseio de implantar políticas públicas de acessibilidade na biblioteca do Campus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, desenvolvendo o conceito de acesso igualitário e humanizado, tornando a biblioteca um espaço utilizável de maneira prática e independente por todos, criando a rotina de capacitação entre os envolvidos para oferecer serviços e atendimento de qualidade aos usuários.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O estudo tem como objetivo geral, propor recomendações para a implantação de acessibilidade física no interior da biblioteca do Campus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, mediante dados coletados nas diferentes etapas do estudo realizado.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- pesquisar métodos, técnicas e ferramentas de projetos da literatura da área que atendam às necessidades e expectativas do presente estudo;
- apresentar procedimentos que possam ser adotados para promover a acessibilidade física visando à usabilidade;
- analisar a forma de implantação de acessibilidade física que foi utilizada em bibliotecas da rede federal, pretendendo conhecer as principais dificuldades encontradas durante o processo;
- pesquisar informações sobre os bibliotecários que atuam na rede federal de ensino;
- contribuir para a discussão de políticas públicas voltadas para inclusão e acessibilidade física em bibliotecas.

3 MÉTODO

3.1 NATUREZA DO ESTUDO

O estudo é quali-quantitativo, do tipo transversal, considerados seus objetivos e o método utilizado, tanto no que diz respeito à delimitação do(s) objeto(s) quanto no que se refere às formas de coleta e de análise dos dados. Minayo (p. 28, 2012) explica que “ao desenvolver uma proposta de investigação ou até mesmo no desenrolar das etapas de uma pesquisa, vamos reconhecendo a conveniência e a utilidade dos métodos disponíveis, face ao tipo de informações necessárias para se cumprirem os objetivos do trabalho”.

3.2 CONTEXTO

Ao fim deste estudo, os resultados serão apresentados ao Campus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, que está localizado na Rua Américo Davim Filho, s/ nº, no bairro Vila São Paulo, na cidade de São João Del Rei, em Minas Gerais. O Câmpus São João del-Rei foi implantado no final do ano de 2009, o primeiros cursos tiveram início em 08 de fevereiro de 2010. Atualmente o Câmpus oferece 11 cursos, sendo três de nível superior, seis de nível técnico, um pós-técnico e um de Formação Pedagógica. Tais cursos foram projetados para atender a demanda da cidade e região.

3.3 DADOS DOS SUJEITOS

Foram sujeitos desse estudo 20 bibliotecários que atuam em instituições da rede federal de ensino, de ambos os gêneros, na faixa etária de 25 a 50 anos e, portanto, com níveis diferentes de experiência na função. Os bibliotecários atuam em instituições de ensino localizadas nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraíba e Rio Grande do Sul.

3.4 MÉTODO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados, no levantamento bibliográfico, foi desenvolvida através de buscas em publicações disponibilizadas no meio eletrônico, nas bases de dados: Scientific Electronic

Library Online (SciELO) e no Portal de Periódicos CAPES. As palavras-chave usadas foram: políticas públicas; educação; educação especial; educação profissional; acessibilidade; acessibilidade em bibliotecas; biblioteca acessível. Publicações impressas também foram utilizadas. A riqueza de informações que se pode extrair e resgatar destes documentos justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, para ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANE, 2009).

A pesquisa documental foi realizada na Coordenação de Projetos, Obras e Manutenção, do Campus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais e se propôs conhecer o Projeto Executivo do Prédio 2, analisando a Planta Baixa Térreo da biblioteca e (embasado nos estudos realizados) desenvolver recomendações para promover acessibilidade no espaço interno da biblioteca. Segundo Gil (2010, p. 30) “[...] a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação, etc”. Há várias modalidades de documentos, dentre as mais utilizadas estão os documentos institucionais, os documentos pessoais, os materiais elaborados para fins de divulgação, os documentos jurídicos, os documentos iconográficos e os registros estatísticos (GIL, 2010).

A coleta de dados, também, foi realizada através de questionários, que continham perguntas fechadas e espaço para comentários, que foram enviados via correio eletrônico, a profissionais bibliotecários vinculados a bibliotecas da rede federal de ensino. Foram enviados ao todo 20 (vinte) questionários, a fim de se obter detalhes sobre a visão da teoria da acessibilidade e seus processos, e questionamentos sobre suas experiências na promoção da acessibilidade em bibliotecas que atuaram ou atuam. As perguntas foram elaboradas de modo que continham os critérios para que suas experiências fossem relatadas. Gil (2010, p. 128) define “questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”.

3.4.1 Critérios de Inclusão

Nesta pesquisa foram utilizados como critérios de inclusão, profissionais que atuam como bibliotecários nas instituições federais de ensino, em qualquer cidade do país.

3.4.2 Critérios de Exclusão

Foram usados como critérios de exclusão bibliotecários que não faziam parte do quadro de servidores de instituições federais de ensino, e os que não quiseram participar de maneira voluntária da pesquisa ou que se recusaram assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3.5 MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS

Após realização da coleta de dados foi feita análise através de porcentagem e análise por categoria. A análise por categoria se baseia na decodificação de um texto em diversos elementos, os quais são classificados e formam agrupamentos, dentre elas, a análise temática que foi a usada neste estudo e que consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

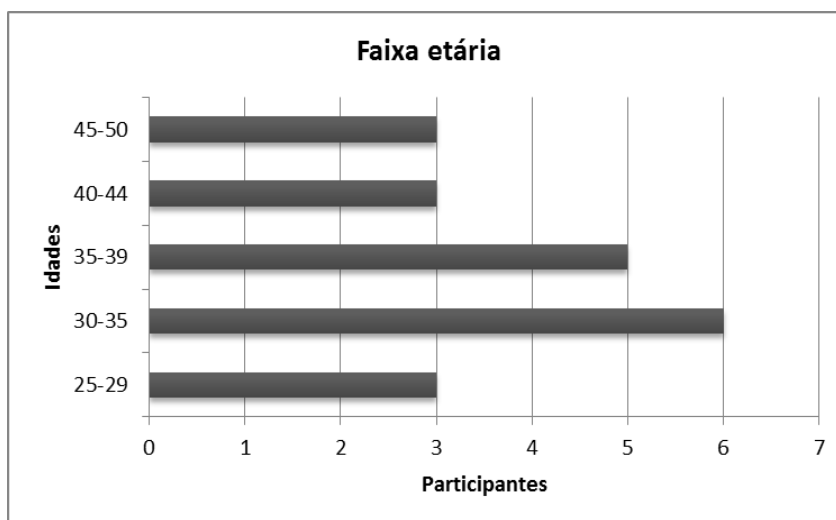
Os dados obtidos para este estudo foram coletados através de questionários que foram enviados via correio eletrônico aos bibliotecários de instituições federais de ensino. Foram 20 questionários no total, sendo todos respondidos e devolvidos no prazo estipulado.

O questionário foi dividido em 7 partes, sendo elas: sobre os participantes da pesquisa, sobre a instituição, sobre a biblioteca, sobre o bibliotecário, sobre os usuários, sobre a implantação de acessibilidade física na biblioteca e informações complementares.

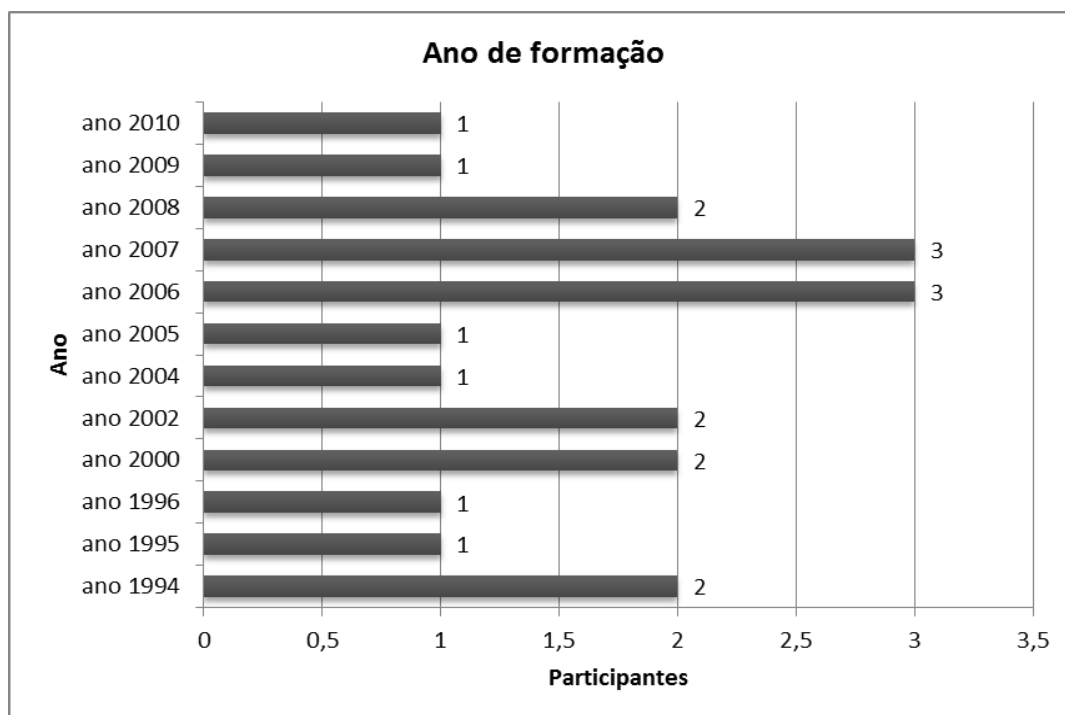
4.1 SOBRE OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Com os dados levantados foi possível caracterizar os participantes da pesquisa, referente ao gênero dos participantes, apurou-se que doze (60%) são do sexo feminino e oito (40%) do sexo masculino.

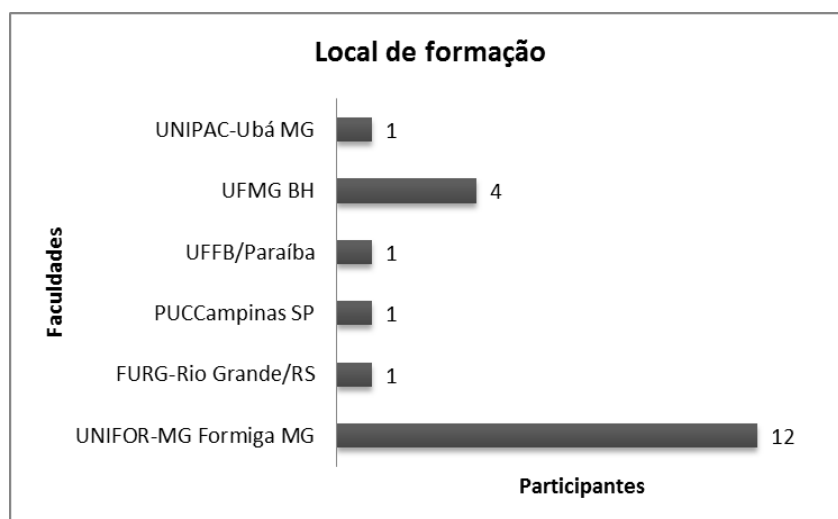
Gráfico 1 – Idade dos participantes



No Gráfico 1, referente a faixa etária, os participantes foram separados em grupos de 5 em 5 anos, sendo que três estão na faixa etária de 25 a 29 anos, seis na faixa etária de 30 a 35 anos, cinco na faixa etária de 35 a 39 anos, três na faixa etária de 40 a 44 anos, e três estão na faixa etária de 45 a 50 anos.

Gráfico 2 – Ano de formação dos participantes

No Gráfico 2, referente ao ano em que os participantes se formaram em biblioteconomia ou Ciência da informação, foi possível constatar que se formaram entre o ano de 1994 a 2010.

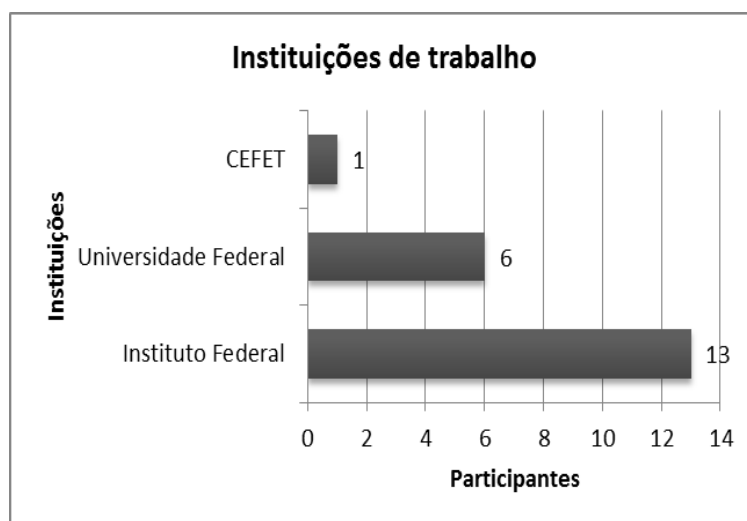
Gráfico 3 – Instituição de formação do bibliotecário

Sobre a instituição em que se formaram (acima no Gráfico 3) verificou-se que 17 se formaram em instituições de ensino no estado de Minas Gerais, sendo treze em instituições

particulares e quatro em instituição da rede federal de ensino. Um participante se formou no estado da Paraíba, em instituição da rede federal de ensino, e um no Rio Grande do Sul, também em uma instituição da rede federal de ensino. Um participante se formou no estado de São Paulo, em uma instituição particular.

Dos bibliotecários participantes da pesquisa, conforme o Gráfico 4, quatorze trabalham em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, outros cinco trabalham em Universidades Federais e um participante trabalha em um Centro Federal de Educação Tecnológica.

Gráfico 4 – Instituições onde os participantes estão lotados



4.2 SOBRE A INSTITUIÇÃO

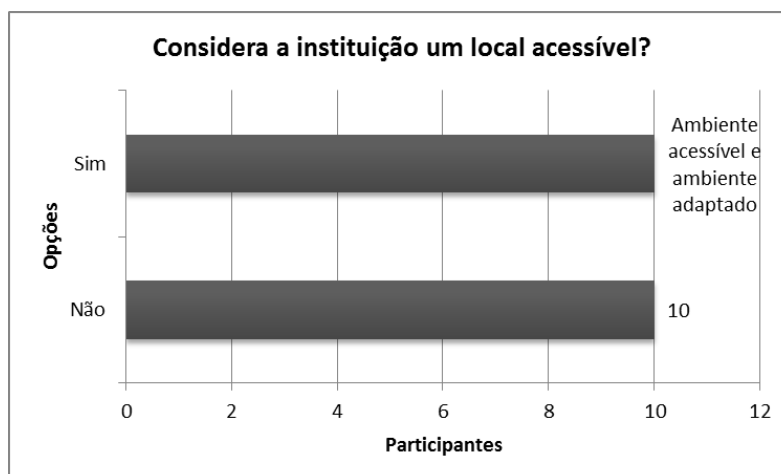
Esta seção analisa informações sobre a percepção dos participantes quanto a instituição onde estão lotados. Na primeira questão, conforme os dados demonstrados no Gráfico 5, observa-se que 95% dos bibliotecários participantes percebem a instituição empenhada em oferecer acessibilidade, enquanto apenas 1 participante não tem a percepção de trabalhar em uma instituição preocupada em oferecer acessibilidade.

Gráfico 5 – Responsabilidade da Instituição com a acessibilidade

A necessidade de um ambiente urbano acessível tem exigido uma responsabilidade da instituição de ensino em assegurar que todos possam adentrar suas portas, que façam uso de seus serviços independente de sua etnia, raça, cor, condição social, econômica ou física. Para Coutinho e Silva (2012) é indiscutível o mérito e a necessidade de implantar ações, que proporcionem acesso ao recinto de qualquer entidade pública, principalmente nas destinadas a promover a educação e o conhecimento.

Mazzoni *et al.* (2001) salientam que a acessibilidade não deve ser um processo ligado apenas ao desenvolvimento tecnológico, e sim ao desenvolvimento da sociedade, sendo a maior preocupação assegurar às pessoas com necessidades específicas o direito de participar da produção e disseminação do conhecimento, tornando-as pessoas que participam de forma ativa em todos os demais setores da sociedade.

O Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), citado por alguns participantes, desenvolve ações nos Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia, enquanto o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) desenvolve ações nas Universidades Federais, ambos têm como objetivos disseminar nas instituições as práticas de inclusão, educação para a convivência, aceitação da diversidade, superando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais.

Gráfico 6 – Instituição acessível

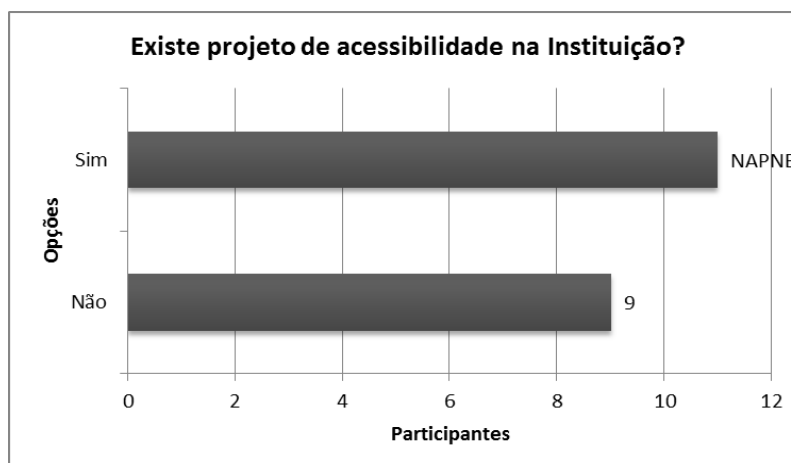
No Gráfico 6 vê-se que metade dos participantes considera a instituição acessível, enquanto a outra metade não. Nos dados do gráfico anterior, foi possível perceber que grande parte das instituições mostra preocupação com a acessibilidade, porém ainda age pouco para que seja considerada acessível. Alguns participantes relataram que suas instituições são ambientes acessíveis, e outros relatam que as instituições são ambientes adaptados, que sofreram alguns ajustes ou reformas para oferecer alguma acessibilidade.

Para Fonseca, Gomes e Vanz (2012, p. 2798):

Mesmo com o amparo das leis, no Brasil, pouco é criado para atender pessoas com deficiências, mas praticamente tudo é adaptado. Adaptamos rampas em prédios já existentes, banheiros adaptados (normalmente pensados depois que o projeto já está pronto), escolas, universidades e bibliotecas adaptadas com andares e salas especiais, reforçando o estigma social (FONSECA; GOMES; VANZ, 2012, p. 2798).

A falta de planejamento é um dos principais problemas que a acessibilidade enfrenta. Prédios ainda são projetados de forma que não atendam aos requisitos do Desenho Universal. Segundo Pupo, Melo e Ferrés (2006, p. 21) um dos agravantes seria a falta de “[...] uma fiscalização normalizada sobre espaços acessíveis e não há selos oficiais”.

Sobre projetos de acessibilidade implantados nas instituições, o Gráfico 7, mostra que pouco mais da metade, ou seja 55%, dos participantes conhecem algum projeto de acessibilidade nas instituições, sendo que 45% desconhecem a existência de algum projeto.

Gráfico 7 – Projeto de acessibilidade

Os dados apontam que as instituições de ensino buscam novos paradigmas para solucionar o complexo problema da acessibilidade. A integração das pessoas com necessidades específicas no espaço educacional, somente será possível com a mudança de comportamentos de todos os envolvidos, estabelecendo a compreensão e o desenvolvimento do processo. Souza *et al.* (2013, p. 8) dizem que os comportamentos sobre as pessoas com deficiência foram sofrendo mudanças de abordagens de acordo com as transformações sociais, científicas e tecnológicas, e com as mudanças culturais e econômicas ocorridas, exigindo uma sociedade que saiba aceitar, tolerar, apoiar e assimilar as diferenças.

Mazzotta (2011, p. 15) ressalta que:

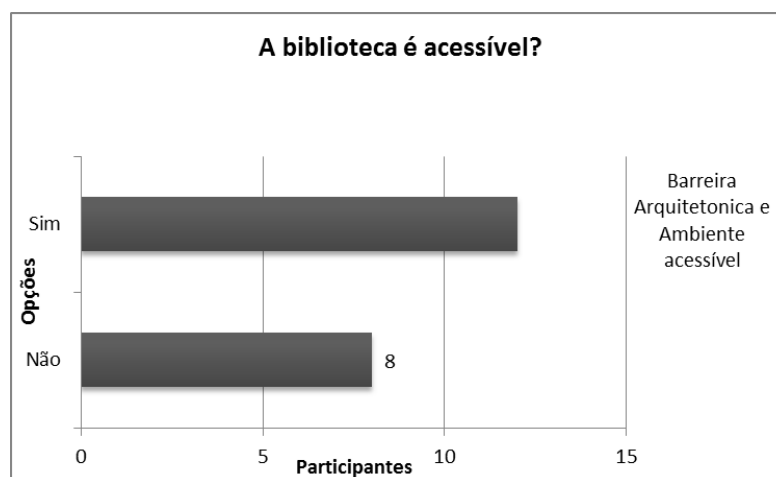
A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é uma atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século (MAZZOTTA, 2011, p. 15).

4.3 SOBRE A BIBLIOTECA

Esta seção analisa dados referentes à acessibilidade em bibliotecas da rede federal de ensino. São bibliotecas que atendem a um público diversificado, desde alunos de ensino médio a pesquisadores de pós-doutorado, bem como professores, técnicos administrativos, terceirizados e comunidades externas. Estas bibliotecas devem promover a interface do usuário com a informação, com suas atividades e serviços voltados ao cumprimento dos objetivos da instituição de ensino.

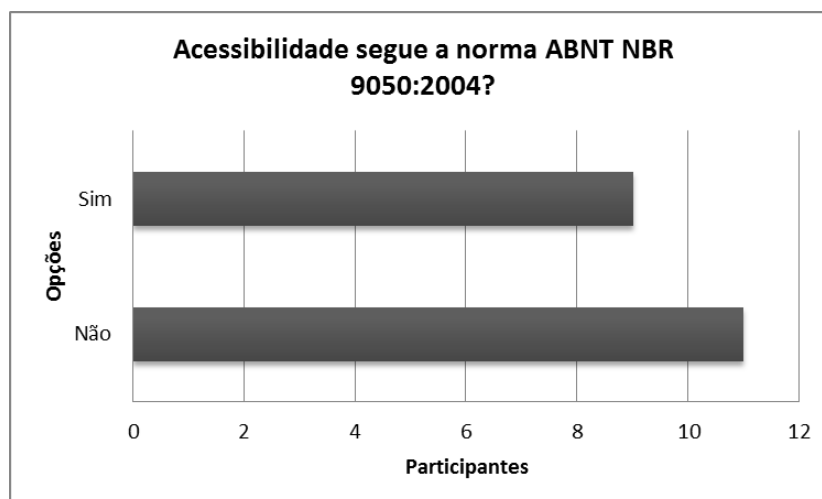
Observa-se no Gráfico 8, que doze bibliotecas (60%) apresentam condições de acessibilidade, e outras oito (40%), não são ambientes acessíveis. Fonseca, Gomes e Vanz (2012) salientam a importância de bibliotecas incentivarem a autonomia acadêmica dos usuários, oferecendo equipamentos e recursos de acessibilidade, com infraestrutura que oportunize estudos e pesquisas.

Gráfico 8 – Biblioteca acessível



O Decreto Nº 5773 (BRASIL, 2006), de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino exige que as instituições ofereçam infraestrutura física e acadêmica acessível às pessoas com necessidades específicas, permitindo a utilização do espaço com autonomia e segurança. A biblioteca está diretamente ligada à qualidade dos cursos de sua instituição, portanto é avaliada pelo MEC como requisito para aprovação ou reconhecimento dos cursos. (MAZZONI *et al.*, 2001).

No Gráfico 9 observa-se que das bibliotecas estudadas apenas 11 seguem a Norma Técnica NBR 9050:2004 para promover a acessibilidade. A Norma Técnica NBR 9050:2004 é o instrumento mais indicado para oferecer a acessibilidade, todavia, existem outros documentos que podem ser usados para oferecer o correto atendimento às pessoas com necessidades específicas. De acordo com Souza *et al.* (2013) deve-se estar atento a falta de acesso que dificulta a participação de pessoas com necessidades específicas na vida social, e consequentemente, reduz a sua condição de cidadão.

Gráfico 9 – Norma Técnica NBR 9050:2004

Para Pupo, Melo e Ferrés (2006) as bibliotecas geralmente estão em edifícios que foram adaptados, fato que implica limitações para transformar e reconhecer tal instalação como acessível.

Os dados do Gráfico 10 permitem verificar que somente 20% das bibliotecas (4) estão realmente preparadas para oferecer atendimento às pessoas com necessidades específicas. As outras 16 bibliotecas (80%) não oferecem atendimento acessível aos usuários com necessidades específicas. Souza *et al.* (2013, p.4) dizem que “[...] é imprescindível pensar em Unidades de Informação que atendam a contento inclusive pessoas com deficiência, considerando suas necessidades especiais”.

Gráfico 10 – Atendimento da Biblioteca

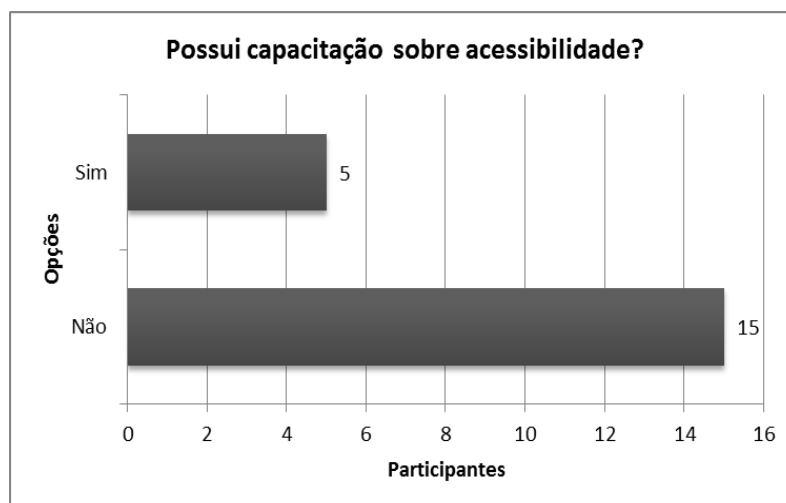
O Decreto Nº 5.296 (BRASIL, 2004), de 02 de dezembro de 2004, refere-se no art. 24, que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

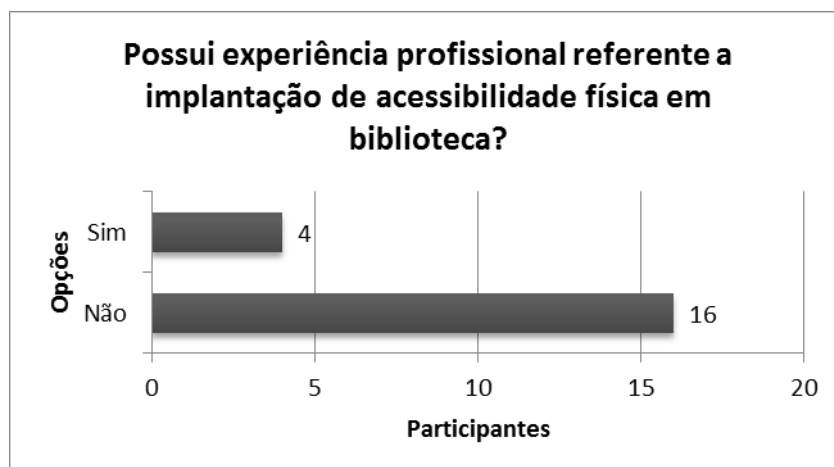
4.4 SOBRE O BIBLIOTECÁRIO

A importância do profissional bibliotecário em uma instituição de ensino vai além de organizar, disseminar e transmitir todas as informações demandadas por seus usuários, Souza *et al.* (2013) descrevem esse novo profissional, na sociedade da informação como sendo capaz de acompanhar o avanço acelerado das Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como as atuais mudanças políticas, sociais e econômicas sofridas nesta sociedade, promovendo com competência informacional o atendimento aos usuários, em especial, às pessoas com necessidades específicas.

Gráfico 11 – Capacitação profissional

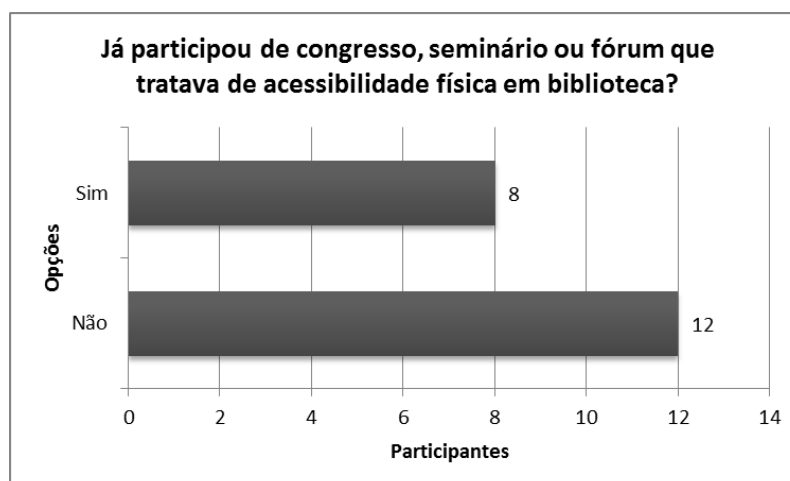


Conforme constatação das informações no Gráfico 11, apenas 25% (5) dos bibliotecários possuem capacitação ou treinamento para oferecer um atendimento de qualidade aos usuários com necessidades específicas. Segundo Giacumuzzi, Nunes e Jardim (2011, p. 3) “A biblioteca não deve manter uma acessibilidade somente arquitetônica, restringindo a acessibilidade ao ambiente físico. Além de tornar as bibliotecas acessíveis dessa maneira é importante que o bibliotecário também seja acessível”.

Gráfico 12 – Experiência profissional

Sobre a experiência com o processo de acessibilidade em bibliotecas, no Gráfico 12, 80% dos bibliotecários dizem não possuir experiência. O bibliotecário tem um papel muito importante na formação de uma biblioteca acessível, devendo refletir sobre os desafios apresentados, buscando meios de construir uma sociedade inclusiva, que priorize a justiça, a equidade, o acesso democrático da informação, com responsabilidade social (SOUZA et al., 2013).

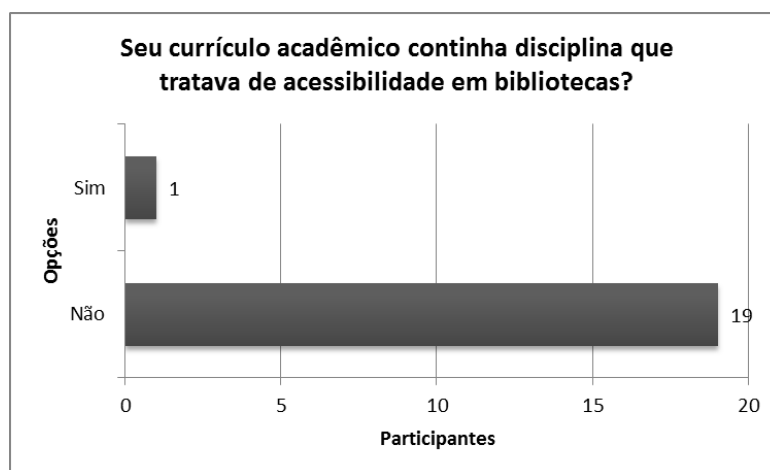
O Gráfico 13 apresenta o resultado referente à participação de bibliotecários em congresso, seminário ou fórum relacionados com acessibilidade em bibliotecas. Doze bibliotecários, 60%, já participaram de algum evento, e 8, ou seja 40%, disseram não ter participado de nenhum evento.

Gráfico 13 – Participação em eventos

Para Souza *et al.* (2013) é competência do profissional bibliotecário refletir e assumir compromisso ético com a profissão, buscando enriquecer a literatura da área e tomando consciência de que a educação continuada e a participação em eventos como congressos, seminários e encontros são fundamentais para o crescimento e a capacitação profissional. Um profissional capacitado será capaz de prestar um atendimento eficiente aos usuários com necessidades específicas assumindo, assim, o papel social de disseminador da informação e contribuindo para a diminuição da exclusão informacional.

Os dados do Gráfico 14 permitem verificar que apenas 1 bibliotecário (5%) cursou alguma disciplina sobre acessibilidade em bibliotecas. Outros 95%, 19 bibliotecários, não tiveram oportunidade de cursar uma disciplina sobre acessibilidade. Porém, o participante, que respondeu ter cursado a disciplina, formou-se em uma instituição de ensino onde outros participantes da pesquisa também se formaram, em anos anteriores ou posteriores, e estes declararam não ter cursado nenhuma disciplina sobre acessibilidade, levando a crer que, ou o participante que respondeu sim pode ter se confundido, ou a disciplina em questão foi cursada por ele em um curso de pós-graduação ou capacitação.

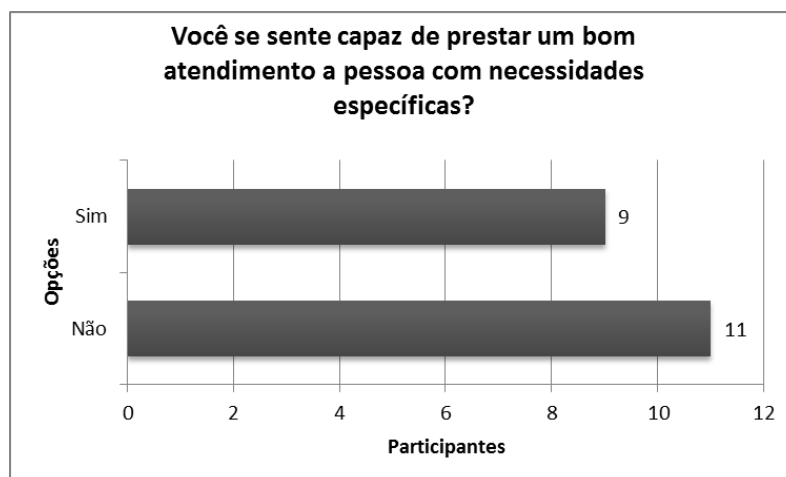
Gráfico 14 – Disciplina sobre acessibilidade



A acessibilidade em biblioteca de instituição de ensino superior passou a ser avaliada pelo MEC a partir de 1999, podendo ser um dos fatores que influenciaram tal resultado, pois antes as instituições não eram obrigadas a oferecer acesso a pessoas com necessidades específicas. Souza *et al.* (2013) acreditam que as mudanças de atitudes e paradigmas em uma área profissional são fundamentais para a inclusão da pessoa com necessidades específicas na

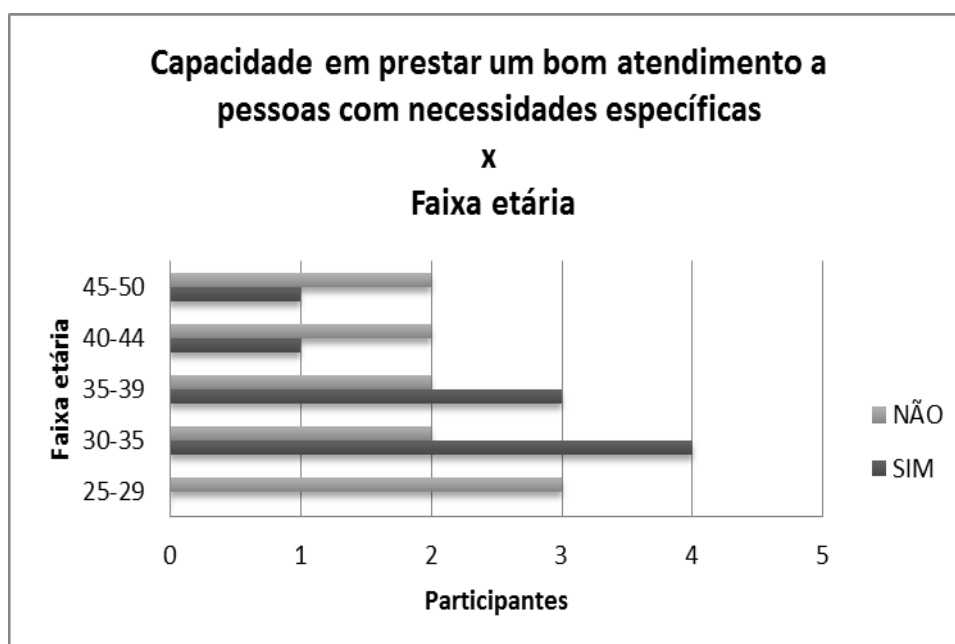
sociedade. A filosofia da inclusão social tem como objetivo desenvolver uma sociedade que ampare todas as pessoas, independentemente das diferenças e necessidades individuais.

Gráfico 15 – Atendimento a pessoas com necessidades específicas



Vemos no Gráfico 15, que 45% dos participantes se consideram capazes de prestar um atendimento de qualidade a pessoas com necessidades específicas, outros 55% não estão seguros em relação ao atendimento que oferecem em suas bibliotecas.

Gráfico 16 – A idade dos participantes e a capacidade de prestar um bom atendimento



No Gráfico 16, fazendo um paralelo entre a idade dos participantes e a capacidade de prestar um bom atendimento às pessoas com necessidades específicas, vê-se que foi possível constatar que os participantes mais novos e os participantes com idades avançadas disseram não ter condições de prestar um atendimento de qualidade às pessoas com necessidades específicas, enquanto os participantes de meia idade se mostraram capazes de oferecer à pessoa com necessidades específicas um bom atendimento na biblioteca. Uma hipótese explicativa para isso seria que o bibliotecário em começo de carreira pode sentir insegurança e inexperiência, e o bibliotecário mais velho e com mais tempo de trabalho pode estar desatualizado, visto que a exigência de acessibilidade em bibliotecas no Brasil é recente.

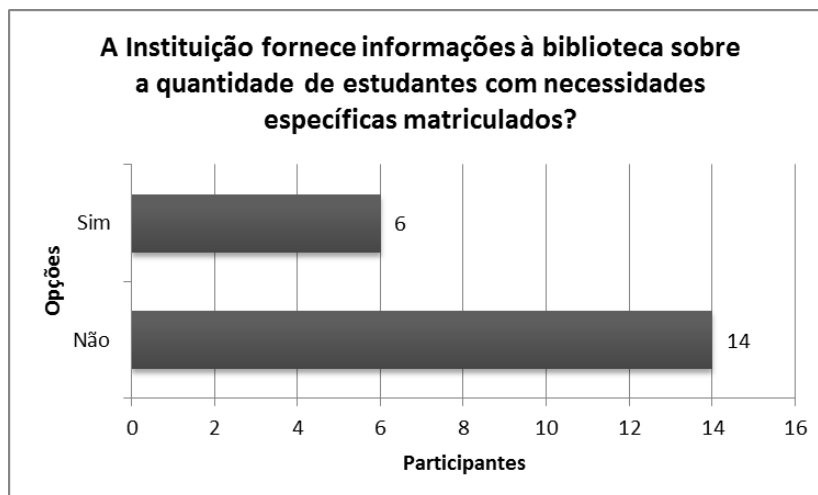
O bibliotecário deve desenvolver ações de inclusão promovendo a aceitação das diferenças e a valorização de cada indivíduo. As intervenções nos atendimentos e nos serviços devem ser aprimoradas para promover a acessibilidade, permitindo que as pessoas com necessidades específicas participem de atividades ou sem restrições ou com o mínimo de restrição possível (SOUZA *et al.*, 2013).

As mudanças nas bibliotecas, numa perspectiva ampla de acessibilidade, devem promover a valorização do usuário em quaisquer que sejam suas condições. Deste modo, dependem da capacidade do bibliotecário para lidar com os diferentes tipos de necessidades específicas, o que requer mudanças na infraestrutura e na forma de atender o usuário, tendo em vista o princípio da igualdade (DAVOK *et al.*, 2013)

4.5 SOBRE OS USUÁRIOS

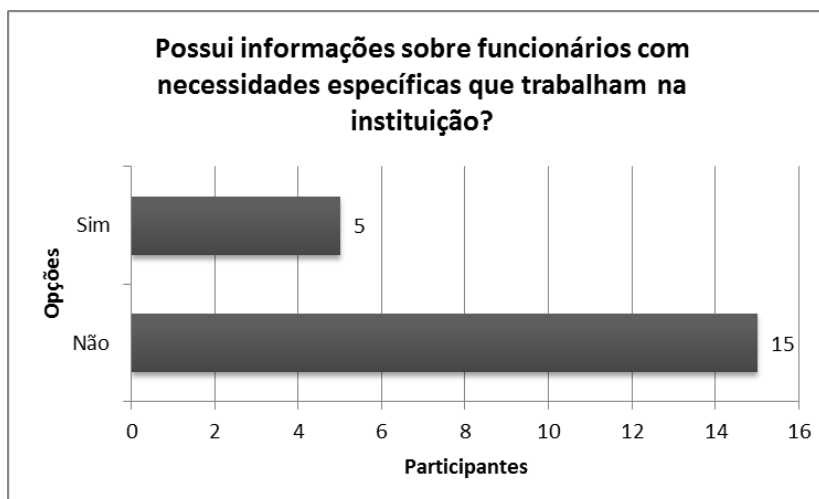
A biblioteca tem a missão de mediar processos de construção do conhecimento, oferecendo o acesso irrestrito à informação e promovendo o aprendizado e dando apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão por meio de suas coleções, produtos e serviços. O usuário é um elemento fundamental na concepção, na avaliação, no enriquecimento, na adaptação, no estímulo e no funcionamento da biblioteca, apresentando, na contemporaneidade, diferentes demandas e assumindo novos comportamentos frente aos modernos recursos para obtenção da informação.

Gráfico 17 – Informações prestadas pela instituição à biblioteca



A análise dos dados expostos no Gráfico 17 evidenciou que apenas 30% das instituições de ensino da rede federal repassam informações sobre o quantitativo de alunos com necessidades específicas matriculados à biblioteca. Assim, 70% das bibliotecas não conhecem o total de alunos matriculados com necessidades específicas.

Gráfico 18 – Funcionários com necessidades específicas



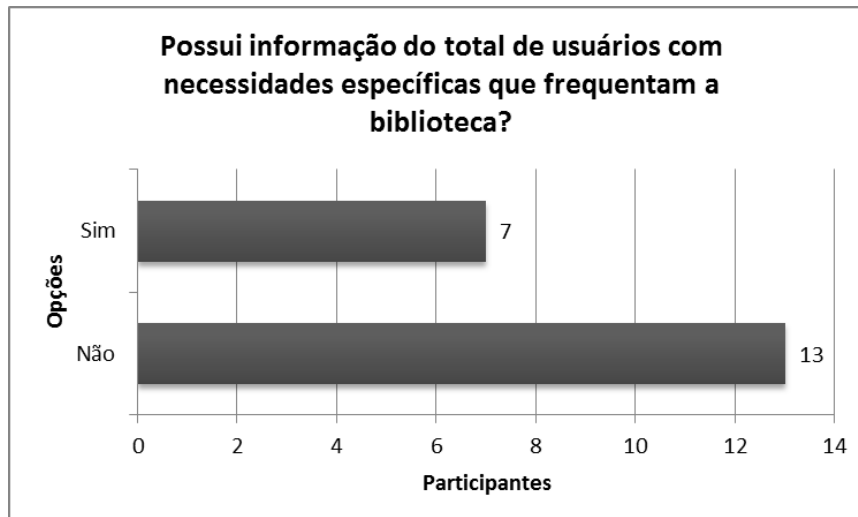
Conforme o Gráfico 18 ilustra que 75% dos bibliotecários desconhecem seus colegas de trabalho que possuem necessidades específicas e 25% possuem a informação. Nos Gráficos 17 e 18 é possível constatar que é grave a falta de informações sobre os usuários potenciais com necessidades específicas nas bibliotecas. Segundo Davok *et al.* (2013, p. 9) “Para a eficaz comunicação na prestação de serviços em unidades de informação e a promoção da

acessibilidade é necessário conhecer o público alvo e escolher acervo em suporte adequado e os recursos de acesso a esse acervo e de comunicação compatíveis”. A biblioteca deve estabelecer um canal de comunicação com a instituição, para conhecer seus usuários potenciais, suas necessidades informacionais ou físicas.

Antes de se pensar em questões de promoção de acessibilidade é importante conhecer cada tipo de deficiência ou limitação, para perceber quais impedimentos cada pessoa possui e, assim, tratá-las de forma correta e promover o respeito à diversidade (FONSECA; GOMES; VANZ, 2012).

No Gráfico 19 vemos que 65% dos bibliotecários desconhecem se possuem usuários com necessidades específicas. O bibliotecário deve conhecer seu ambiente de trabalho, e manter um contato mais próximo com os usuários da biblioteca, sendo o elo entre a biblioteca e o usuário. Deste modo, deve trabalhar em conjunto com o usuário, sendo desafiado a desenvolver novas formas de mediação para proporcionar um ambiente acolhedor, que oferece bem estar aos seus usuários.

Gráfico 19 – Usuários da biblioteca com necessidades específicas



Conforme análise dos dados expostos no Gráfico 20, em 40% das bibliotecas participantes há interesse de usuários da comunidade externa em seus serviços. Um dado considerável, visto que as bibliotecas pesquisadas visam desenvolver suas coleções para o apoio acadêmico dos cursos da instituição de ensino.

Gráfico 20 – Usuários da comunidade externa

Segundo Giacumuzzi, Nunes e Jardim (2011) as relações pessoais e profissionais do bibliotecário exigem ações e atitudes que aproximem todos os usuários da biblioteca. Agindo com atitudes de acolhimento ele fará com que biblioteca seja (mais) acessível e estará exercendo sua função social e contribuindo para a inclusão social e a acessibilidade.

4.6 SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE FÍSICA NA BIBLIOTECA

Esta seção apresenta questões relacionadas à experiências dos profissionais bibliotecários em relação à implantação de acessibilidade física na biblioteca. Na Tabela 1, é possível visualizar a frequência das respostas dos participantes:

Tabela 1: Frequência das respostas dos bibliotecários sobre a implantação de acessibilidade física na biblioteca.

Questões														
5,1	n	F.R	5,2	n	F.R	5,3	n	F.R	5,4	n	F.R	5,5	n	F.R
a	5	0,26	a	0	0	a	5	0,29	a	0	0	a	6	0,31
b	0	0	b	3	0,18	b	2	0,11	b	16	0,84	b	1	0,05
c	0	0	c	11	0,68	c	2	0,11	c	1	0,05	c	7	0,36
d	14	0,73	d	2	0,12	d	8	0,47	d	2	0,10	d	5	0,26
Total	19	1		16	1		17	1		19	1		19	1

Ao serem perguntados sobre projeto para a implantação de acessibilidade física na biblioteca (questão 5.1), cinco bibliotecários optaram pela alternativa a, demonstrando que foi elaborado um projeto em conjunto com outros setores da instituição buscando a melhor maneira de implantação da acessibilidade. Para quatorze bibliotecários a opção foi a letra d, demonstrando que desconhecem projeto de acessibilidade na biblioteca. Segundo eles foram feitas algumas adaptações básicas ou reformas buscando implantar requisitos de acessibilidade. E um participante não respondeu a questão.

Apesar da legislação, como a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, garantir a acessibilidade como uma questão de direito ao cidadão, ainda são poucas as bibliotecas que oferecem infraestrutura adequada aos seus usuários com necessidades específicas (COUTINHO; SILVA, 2012).

Ao serem perguntados (na questão 5.2) sobre o maior obstáculo encontrado durante a implantação de acessibilidade física na biblioteca, três bibliotecários disseram ser a falta de investimento financeiro (opção b), onze disseram que a falta de um projeto de acessibilidade física que contemplasse a biblioteca (opção c) foi o maior obstáculo, e dois disseram que a falta de capacitação dos funcionários (opção d) é a maior barreira. Dos participantes, quatro não responderam.

A biblioteca para alcançar o objetivo de promover a interação do usuário com a informação precisa prestar seus serviços com eficácia e eficiência, sendo necessária uma equipe especializada, um acervo que atenda às necessidades dos usuários, equipamentos apropriados e, principalmente, uma infraestrutura acessível a todos os usuários (DAVOK *et al.*, 2013).

A prática da acessibilidade enfrenta diversas dificuldades. De acordo com Pupo, Melo e Ferrés (2006, p. 42) “As barreiras de atitudes e a necessidade de conscientização da sociedade, entre tantos obstáculos, acabam desembocando na questão orçamentária das instituições que se propõem a ser acessíveis e inclusivas”.

Na questão 5.3, quando perguntados sobre duração total da implantação de acessibilidade física na biblioteca, cinco participantes responderam que o tempo gasto foi de um mês a seis meses (opção a); em duas bibliotecas o tempo foi de até um ano (opção b); em outras duas bibliotecas o tempo gasto foi de até dois anos (opção c); e oito bibliotecas ainda estão em processo de implantação da acessibilidade (opção d). Três participantes não responderam a questão.

A legislação tem se aprofundado na questão dos direitos das pessoas com necessidades específicas, principalmente no âmbito da educação e do acesso ao conhecimento. A pressa de

alguns profissionais da informação na busca de soluções imediatas para a promoção da acessibilidade nem sempre oferece soluções viáveis nos aspectos espaço-tempo, equipe, infraestrutura e orçamento. O projeto de acessibilidade da biblioteca deve contar com a colaboração de todos os profissionais da instituição de ensino, como os analistas de sistemas, técnicos em tecnologia da informação, engenheiro civil, pedagogos, psicólogos, assistente de alunos, assistentes sociais, dentre outros (PUPO; MELO; FERRÉS, 2006, p. 51).

Ao serem questionados sobre a importância da implantação de acessibilidade física em bibliotecas, na questão 5.4, dezesseis participantes marcaram a opção b, considerando que é importante oferecer oportunidade às pessoas com necessidades específicas de utilizarem a biblioteca e seus serviços. A opção c foi escolhida por um participante que considera mais importante seguir uma legislação vigente, dois participantes acreditam que a implantação da acessibilidade na biblioteca é importante para o desenvolvimento da infraestrutura da instituição (opção d), atraindo assim mais estudantes com necessidades específicas. Um participante não respondeu a questão.

Na questão 5.5, quando foram indagados sobre o processo de implantação de acessibilidade em biblioteca, seis optaram pela alternativa a, que descreve como importante a capacitação dos funcionários para oferecer um atendimento de qualidade aos usuários com necessidades específicas. Para um participante a opção b, referente à compra de equipamentos de tecnologia assistiva, é a mais importante. Sete bibliotecários assinalaram a alternativa c, acreditando que a implantação de layout que ofereça acessibilidade física na biblioteca seja mais importante e cinco dos participantes optaram pela letra d, afirmando a importância de se oferecer serviços diferenciados aos usuários com necessidades específicas. Apenas um bibliotecário não marcou nenhuma das alternativas.

Segundo Nicoletti (2010, p. 89) “Vale ressaltar que o bibliotecário é tão responsável pela questão da acessibilidade como qualquer outro profissional, pois, o acesso à informação é direito magno”. Analisando e correlacionando os resultados obtidos com as questões do questionário, notou-se que os profissionais da informação estão preocupados com a acessibilidade em suas bibliotecas. Um dos obstáculos mais citados foi o fato de bibliotecas funcionarem em espaços improvisados, fato comum nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, retratando a falta de planejamento do governo federal na implantação destas instituições.

Pupo, Melo e Ferrés (2006, p. 54) afirmam:

O acesso ao conhecimento é um direito de todos os cidadãos, portanto ao atendermos pessoas, com ou sem deficiência, não estamos prestando um favor, mas cumprindo nosso dever enquanto profissionais da informação. O comprometimento com acessibilidade e inclusão compete a todos os profissionais: bibliotecários, arquivistas, auxiliares, técnicos, serviços gerais, coordenadores, diretores, reitores (PUPO; MELO; FERRÉS, 2006, p. 54).

4.7 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Os participantes da pesquisa aproveitaram para reforçar problemas como: 1. A falta de infraestrutura adequada; 2. “Campi” que foram recentemente inaugurados e não possuem um prédio próprio; 3. Falta de manutenção da infraestrutura já existente para oferecer acessibilidade; 4. A cultura brasileira, que exige uma superação de paradigmas no que tange à acessibilidade.

5 RECOMENDAÇÕES, CONSIDERADOS OS RESULTADOS OBTIDOS

O levantamento bibliográfico, a análise de dados dos questionários e o levantamento documental proporcionou a elaboração de recomendações visando promover a acessibilidade física no interior da biblioteca do Câmpus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

5.1 ENTRADA DA BIBLIOTECA

Na entrada da biblioteca a Norma Técnica NBR 9050:2004 indica que devem ser evitados obstáculos como degraus, escadas, portas giratórias, dispositivos de acionamento manual e catracas, caso exista alguns desses obstáculos, a biblioteca deve oferecer uma entrada alternativa às pessoas com necessidades específicas (ABNT, 2004).

A porta de entrada, assim como as portas dos setores internos da biblioteca, deve seguir alguns parâmetros de acessibilidade, como tamanho igual ou maior a 0,80 m de largura e altura igual ou superior a 2,10 m. A área livre de aproximação deverá estar de acordo com a indicação da Norma Técnica NBR 9050:2004, ou seja, 1,20 m no sentido da entrada e 1,50 m no sentido de saída de área livre. A porta deve apresentar na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos que podem ser causados por acessórios de mobilidade. Devem possuir uma faixa tátil de orientação e alerta, e cores contrastantes entre porta e parede ou entre parede e batente. Caso a porta seja de vidro, uma faixa ao longo de toda a largura da porta e outra de moldura deve informar a existência desse elemento arquitetônico.

Nas portas deve haver informação visual (número da sala, função, etc.), localizada no centro da porta ou na parede adjacente. A sinalização tátil deve ser proporcionada através de texturas rugosas, caracteres em *Braille* e em relevo, e deve ser instalada nos batentes ou vedo adjacente (parede, divisória ou painel), no lado onde estiver a maçaneta. As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca e instaladas a uma altura entre 0,90 m a 1,10 m do piso.

5.2 ESPAÇOS INTERNOS DA BIBLIOTECA

Logo após a porta de entrada da biblioteca existe uma rampa, que foi projetada para oferecer inclinação de até 8,33%, conforme a Norma Técnica NBR 9050:2004. A norma determina que sejam instalados corrimãos em ambos os lados, com largura entre 3,0 cm e 4,5 cm, sem arestas vivas, também deve ser deixado um espaço livre de no mínimo 4,0 cm entre a parede e o corrimão, e devendo permitir boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular. Os corrimãos devem ser sinalizados usando um anel com textura contrastante com a superfície do corrimão, instalado 1,00 m antes das extremidades, e com sinalização em *Braille*, informando sobre os pavimentos no início e no final da rampa. Os patamares no início e no final da rampa devem ter a dimensão longitudinal mínima de 1,20 m, porém sendo recomendável de 1,50 m, além da área de circulação adjacente.

A área de recepção e o atendimento devem oferecer um *layout* que permita à pessoa acesso a informação que procura. O balcão e os armários, e tudo relacionado aos primeiros passos e atuação das pessoas nesse primeiro contato com a biblioteca devem ser pensados para a acessibilidade, incluindo a disposição do mobiliário. A sinalização pode ser via painéis informativos acessíveis impressos ou táteis e croqui em relevo das dependências, os caracteres em relevo se localizarão na parte superior, centrados ou justificados à esquerda, e os caracteres em *Braille* se localizarão na parte inferior esquerda, mostrando de forma esquematizada e clara a localização e a trajetória até diferentes lugares internos.

É aconselhável que no balcão de atendimento as pessoas sejam atendidas sentadas, por colaboradores que também estejam sentados. Para a aproximação frontal, o balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m. Deve ser verificado se a estatura e a posição do balcão não impedem certas articulações do usuário. Não se deve revestir a mesa do balcão com verniz ou qualquer outro revestimento ou polimento brilhante, para evitar reflexos. A parte superior do balcão deve ser livre de barreiras como vidros, barras, dentre outras.

Recomenda-se avaliar cuidadosamente a iluminação, cores e contraste entre paredes, pisos e portas, entre as maçanetas e as portas e entre porta e o batente, facilitando que pessoas com baixa visão percebam os diferentes elementos arquitetônicos. Nas entradas de acesso aos espaços, devem ser evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação.

A organização interna da biblioteca deve tornar o ambiente acessível, os setores internos devem ser facilmente localizados, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outro arranjo que possa causar desorientação de pessoas com necessidades específicas, como espelhos, portas de vidro, portas vaivém, etc. As zonas não acessíveis deverão ser sinalizadas antecipadamente para evitar acidentes e trajetos desnecessários. Deve ser oferecida uma

sinalização de qualidade que siga os princípios do desenho universal e das Normas Técnicas da ABNT.

A disposição do mobiliário no espaço interno deve permitir a mobilidade de todas as pessoas, de acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, etc.), e de cadeiras de rodas. Recomenda-se embutir extintores e estantes que não sejam detectáveis no chão pelos bastões. Murais de informação devem ser detectáveis no chão e não exceder de forma que causem acidentes.

Sobre a disposição das estantes na biblioteca, a Norma Técnica NBR 9050:2004 indica que as estantes devem estar afastadas numa largura mínima de 0,90 m possibilitando que uma pessoa em cadeira de rodas possa circular entre as estantes. Os livros devem estar distribuídos na altura máxima de 1,20 m para que assim fiquem ao alcance manual dos usuários de cadeiras de rodas. Entre os corredores devem existir áreas de circulação permitindo que usuários de cadeira de rodas possam manobrar e circular com autonomia na biblioteca.

As mesas de estudo, leitura e/ou trabalho deverão estar localizadas junto a rotas acessíveis e distribuídas por todo o espaço, garantindo no entorno das mesas uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas. As mesas devem permitir a aproximação frontal de um usuário de cadeiras de rodas, para isso devem possuir altura mínima de 0,70 m desde o chão até a parte inferior da bancada da mesa. Deve-se evitar que as cadeiras sejam fixas ao solo, para possibilitar a flexibilidade de lugares para usuários de cadeiras de rodas.

Os terminais de consulta ao acervo devem disponibilizar o acesso com a pessoa sentada e oferecer computadores com sintetizadores de voz, tela tátil e reconhecimento de fala. Recomenda-se a instalação de suporte para apoio de textos complementares junto à mesa do computador, sendo fixado lateralmente ou colocado ao lado da mesa na altura adequado ao usuário. É importante ressaltar que o acervo deve incluir obras em *Braille*, texto gravado ou em formato digital. Deve-se sinalizar de forma adequada o conteúdo das estantes, observando o tamanho das letras e o uso das cores.

A biblioteca deve oferecer seu regulamento e suas normas em diferentes formatos, como em *Braille*, versão ampliada impressa em papel e em formato digital acessível a leitores de tela.

Aconselha-se a disponibilização de uma sala com recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, com mobiliário adequado e recursos tecnológicos especiais, como computadores, softwares e hardwares, dispositivos para adequação da postura sentada,

recursos para mobilidade, equipamentos de comunicação alternativa, lupa eletrônica, livros digitais, etc.

5.3 EQUIPE DE TRABALHO

Os serviços oferecidos na biblioteca requerem atendimento humanizado, tanto para o serviço de circulação tanto para o de referência, considerando as diferentes necessidades específicas dos usuários. A biblioteca deve possuir um roteiro flexível das atividades a fim de serem compreendidas e assimiladas pelos usuários.

Através da análise de dados dos questionários foi possível notar que quase todas as instituições da rede federal de ensino estão preocupadas e empenhadas em tornar seus espaços acessíveis a todos. Deste modo, mesmo com barreiras financeiras, estruturais, comunicacionais e atitudinais, existe incentivo e apoio para que a biblioteca busque adequações para oferecer acessibilidade. Em suas respostas ao questionário, os participantes evidenciaram a necessidade de uma equipe de trabalho bem preparada e capacitada para que a promoção da acessibilidade na biblioteca seja implantada e atenda bem as pessoas com necessidades específicas. A capacitação da equipe de trabalho da biblioteca deve ser voltada para o desenvolvimento de habilidades em lidar com pessoas com necessidades específicas.

As informações sobre a existência e a quantidade de pessoas com necessidades específicas na comunidade acadêmica é fundamental para que a biblioteca ofereça acervo e os equipamentos adequados a cada limitação, oportunizando ao usuário o acesso à informação desejada. É aconselhável que o bibliotecário, juntamente com sua equipe de trabalho, tenha um banco de dados atualizado e completo de seus usuários potenciais com necessidades específicas. Deste modo, a tarefa de desenvolvimento de coleções, aquisição de equipamentos e mobiliários vai beneficiar a todos os usuários sem restrição.

A pesquisa documental oportunizou conhecer o projeto da biblioteca que está sendo construída no Câmpus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, sendo possível constatar que o projeto foi desenvolvido por profissionais que buscam atender aos requisitos de acessibilidade, ficando a cargo da equipe da biblioteca a sinalização, a indicação para aquisição e disposição do mobiliário adequado, a indicação de aquisição de equipamentos de tecnologias assistivas e a atualização da política de desenvolvimento de coleção, a fim de criar um acervo que ofereça acessibilidade.

6 CONCLUSÕES

O presente estudo teve origem na necessidade de conhecer políticas públicas de acessibilidade para propor recomendações a biblioteca do Câmpus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. Em relação ao objetivo do estudo, é possível afirmar que ele foi alcançado, permitindo que recomendações fossem elaboradas. Com o estudo também foi possível verificar que a acessibilidade em bibliotecas da rede federal de ensino é insatisfatória, muitas vezes não oferecendo um acesso igualitário a todos os usuários.

As leituras feitas possibilitaram ampliar o conhecimento, colocar em prática a teoria que foi adquirida e vivenciar os conhecimentos apreendidos. Além disso, a pesquisadora teve a oportunidade de conhecer a realidade de outros profissionais de instituições da rede federal de ensino.

O estudo concluiu que os bibliotecários identificam que trabalham em instituições preocupadas em oferecer um espaço acessível a todos, mas consideram que há muito a ser feito. Muitas instituições de ensino da rede federal estão funcionando em prédios antigos, que foram construídos em tempos em que não se pensava que pessoas com necessidades específicas iam usufruir de tais espaços, ou ainda em prédios improvisados (especialmente no caso dos Institutos Federais) que passaram por adaptações que muitas vezes não atendem aos propósitos de acessibilidade. As instituições devem buscar alternativas para contribuir de forma significativa na construção de um espaço para todos, oferecendo condições propícias para disseminar conhecimentos práticos e teóricos ao seu público, criando oportunidades para pessoas com necessidades específicas.

Após análise das questões levantadas sobre as bibliotecas conclui-se que em grande parte delas a acessibilidade é precária. Um dos problemas relatados por bibliotecários lotados em Institutos Federais, é que o setor está provisoriamente instalado em um espaço que não foi construído com o intuito de ser uma biblioteca, aguardando-se a construção de um espaço adequado. Foi possível constatar que muitas bibliotecas ainda carecem de investimentos e infraestrutura para desempenhar a sua missão, isto é, promover o apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão bem como às demais atividades ali desenvolvidas.

Com o levantamento sobre os profissionais bibliotecários o estudo possibilitou identificar que a formação acadêmica em biblioteconomia e/ou ciência da informação dos participantes não ofereceu disciplinas sobre acessibilidade. Diante do exposto, a pesquisa

serve como alerta para os bibliotecários atualizarem sua formação, visto que o MEC exige acessibilidade na biblioteca em suas avaliações. Alguns bibliotecários relataram que obtiveram capacitação sobre acessibilidade em cursos, participação em eventos, etc., mas, apesar disso, muitos não se sentem seguros para prestar um atendimento de qualidade aos usuários com necessidades específicas. Ficou evidente a comunhão de ideias entre os participantes da pesquisa, indicando que a falta de capacitação dos funcionários e de infraestrutura adequada são barreiras que precisam ser superadas para a construção de uma biblioteca acessível, visto que a aquisição de conhecimento deve ultrapassar todos os espaços e culturas, sem preconceitos.

Nas questões levantadas constatou-se que existem programas, projetos, ações planejadas e adaptações de acessibilidade em algumas bibliotecas. No que tange à acessibilidade, de acordo com as respostas obtidas, notou-se que existem núcleos que oferecem apoio nas instituições, como o NAPNE nos institutos federais, e o NAI nas universidades federais. Contudo, nota-se que ainda falta muito a ser feito, e que a acessibilidade está longe de ser realidade em muitas bibliotecas da rede federal de ensino.

A análise das respostas aos questionários mostraram que os dispositivos legais, como leis, decretos e normas, estabelecem diretrizes e padrões de adequação da acessibilidade em bibliotecas, porém sozinhos não são capazes de promover a acessibilidade, deste modo, cabe ao profissional bibliotecário uma mudança de atitude, buscar aliança com outros profissionais e apoio financeiro para criar e implantar o projeto de acessibilidade. O bibliotecário deve estar preocupado com a valorização do seu usuário, oferecendo assim um espaço confortável e seguro a todos.

A pesquisa ajudou a implementar a produção científica sobre a acessibilidade em bibliotecas, podendo vir a orientar novos estudos, levando outros pesquisadores a refletir sobre as implicações do conceito da educação inclusiva, que deve ser não mais um conceito com fim em si mesmo, mas um processo que permita práticas e ações para escolarização e formação de estudantes que precisam de apoio, em particular os com necessidades específicas.

O estudo possibilitou, ainda, o amadurecimento teórico da pesquisadora, no sentido de conhecer o universo da acessibilidade que não engloba apenas aspectos legais. Ao atuar no processo de construção desse estudo, foram encontradas respostas para algumas indagações e sentiu-se o desafio de novos questionamentos.

Com os resultados obtidos instaura-se a missão de construir uma biblioteca no Campus São João del-Rei (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas

Gerais) que tenha a porta efetivamente aberta a todos, indiferentemente de condição física, oferecendo serviços e atendimentos igualitários e humanizados.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 9050** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. Ed. Rio de Janeiro, 2004.

ABNT. **NBR 15599** - acessibilidade – comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008.

ACESSIBILIDADE Brasil associação. 2002. [online] Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=42>> Acesso em: 05 jul. 2013.

BARACHO, Hertha Urquiza; SOUZA, Jacyara Farias. Regionalismo e federalismo: as novas feições do Estado brasileiro pós Constituição de 1988. In: Encontro Nacional do CONPED, 19., 2010, Fortaleza. **Anais...** Florianópolis: CONPED, [2010]. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/4028.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2013.

BRASIL. (Império). **Constituição Política do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm> Acesso em: 17 jun. 2013.

BRASIL. (Império). **Decreto n. 1.428 de 12 de Setembro de 1854**. Rio de Janeiro, 1854. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=65803&norma=81714>> Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. (Império). **Lei de 15 de outubro de 1827**. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1827, pág. 54, vol. 1, pt. I. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38389-15-outubro-1827-566674-publicacaooriginal-90212-pl.html> Acesso em: 18 jun. 2013.

BRASIL. Comitê de Ajudas Técnicas – CAT. **Relatório Anual: 2007**. Brasília, DF: [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/CMS08/seo-publicacoes-6.htm>> Acesso em: 03 jul. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm> Acesso em: 03 jun. 2013.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm> Acesso em: 17 jun. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1967. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao67.htm> Acesso em: 12 jun. 2013.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (de 10 de novembro de 1937). Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm> Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (de 18 de setembro de 1946). Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm> Acesso em: 04 jun. 2013.

BRASIL. **Decreto Legislativo n. 186, de 2008**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm> Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em: 03 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto n. 3.691, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3691.htm> Acesso em: 03 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto n. 3.956, de 08 de outubro de 2001**. Brasília, DF: Senado Federal, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm> Acesso em: 03 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto n. 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 4 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília, DF: Senado Federal, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em: 01 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto n. 7612, de 17 de novembro de 2011**. Brasília, DF: Senado Federal, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm> Acesso em: 04 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em março de 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm> Acesso em 26 jun. 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394, de dezembro, 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 06 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm> Acesso em 07 jun. 2013.

BRASIL. **Lei n. 4.169, de 4 de dezembro de 1962**. Brasília, DF: Senado Federal, 1962. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=88121&norma=114134>> Acesso em: 01 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 4737, de 15 de julho de 1965**. Brasília, DF: Senado Federal, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14737.htm> Acesso em: 01 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 7405, de 11 de novembro de 1985**. Brasília, DF: Senado Federal, 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7405.htm> Acesso em: 01 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília, DF: Senado Federal, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm> Acesso em: 10 jun. 2013.

BRASIL. **Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF: Senado Federal, 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em : 02 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 8.160, de 8 de janeiro de 1991**. Brasília, DF: Senado Federal, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8160.htm> Acesso em: 02 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 8.899, de 29 de junho de 1994**. Brasília, DF: Senado Federal, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18899.htm> Acesso em: 02 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Brasília, DF: Senado Federal, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm> Acesso em: 04 de jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 9610, de 19 de fevereiro de 1998**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm> Acesso em: 02 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm> Acesso em: 02 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm> Acesso em: 02 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 10.226, de 15 de maio de 2001.** Brasília, DF: Senado Federal, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10226.htm> Acesso em: 02 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Brasília, DF: Senado Federal, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso em: 02 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003.** Brasília, DF: Senado Federal, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm#art114> Acesso em: 02 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003.** Brasília, DF: Senado Federal, 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.753.htm> Acesso em: 03 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 11.126, de 27 de junho de 2005.** Brasília, DF: Senado Federal, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm> Acesso em: 03 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 11.180, de 23 de setembro de 2005.** Brasília, DF: Senado Federal, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11180.htm> Acesso em: 07 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013.** Brasília, DF: Senado Federal, 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1> Acesso em: 06 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fórum Nacional de Educação. **O planejamento educacional no Brasil.** [S.l., s.n.], 2011. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf> Acesso em: 26 jun. 2013.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: um conceito para todos.** São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2008. Disponível em: <http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf> Acesso em: 11 jan. 2012.

CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 6, n. 11, Campinas, SBHE, 2006. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/162/171>> Acesso em: 18 jun. 2013.

CHRISTOPHE, Micheline. **A legislação sobre a Educação Tecnológica, no quadro da Educação Profissional brasileira.** Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/~michel/docs/Meus_textos/educacao%20tecnologica.pdf> Acesso em: 07 jul. 2013.

CORREIA, Secundino; CORREIA, Patrícia. **Acessibilidade e Desenho Universal**. CNOTINFOR, [200-?]. [online] Disponível em: <http://atividades.imagina.pt/uploads/cnoti/PDF/desenho_universal.pdf> Acesso em 5 jul. 2013.

COUTINHO, Johny Franklins Pereira; SILVA, Alba Lígia de Almeida. Analisando as condições de acessibilidade para usuários com deficiência física numa biblioteca universitária em João Pessoa. **Biblioline**, v. 8, n. especial, p. 3-17, 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/viewFile/14187/8094>> Acesso em: 15 jan. 2014.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1978.

DAVOK, Deisi Fries *et al.* **Avaliação da acessibilidade em unidades de informação: atenção às pessoas com limitações de mobilidade e percepção**. Trabalho apresentado no XXV CBBB. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1611>> Acesso em: 18 dez. 2013.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. 20. ed. Campinas: Papirus, 2008.

FONSECA, Cintia Cibele Ramos; GOMES, Gicele Farias; VANZ, Samile Andréa de Souza. **Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso**. Trabalho apresentado no SNBU, Gramado, 2012. Disponível em: <<http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QJX.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2014.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: **Trabalho e Crítica**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, Atlas: 2010.

GIACUMUZZI, Gabriela da Silva; NUNES, Helen Ribeiro; JARDIM, Silvana. **Biblioteca acessível: o bibliotecário como mediador de leitura**. Trabalho apresentado no VII Senabril. Campinas, 2011.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/184/1715>> Acesso em 10 fev. 2014.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NICOLETTI, Tamini Farias. Checklist para bibliotecas: um instrumento de acessibilidade para todos. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28114/000766975.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 out. 2014.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. O partido político nas teorias do bem-estar social: da agregação de interesses à ação governamental. **Revista Eletrônica de Ciência Política** [online], vol. 2, n. 2, 2011, p. 142-158. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/politica/article/viewFile/28979/18926>> Acesso em: 07 jul. 2013.

ONU. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2013.

ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-os-direitos-humanos/>> Acesso em: 25 ago. 2013.

ONU. **Resolução 45/91**. 1990. Disponível em: <<http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=11601>> Acesso em: 03 jun. 2013.

ONU. **Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU n.º 48/96**: 20 de Dezembro de 1993. 1993. Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/legislacaoIntegra.php?id=19>> Acesso em: 03 jun. 2013.

PALMA FILHO, J. C. (Org.). **A educação brasileira no período de 1930 a 1960**: a Era Vargas. IN: Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Ed., 2005 – p.61-74. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2013.

PENNA, Lincoln de Abreu (Org.). **Manifestos políticos do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **Perspectivas** [online]. 2004, vol.18, n.2, p. 3-16. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a02v18n2.pdf>> Acesso em: 08 jul. 2013.

PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. São Paulo: UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view> Acesso em: 08 jan. 2013.

SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. Descentralização e poder municipal no Brasil. In: SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. **Município, descentralização e território**. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 7-33.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, n. 1, 2009. Disponível em <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf> Acesso em 17 jul. 2013.

SIMÕES, Alexandre Gazetta. O papel do estado na proteção dos riscos sociais. **Revista Acadêmica de Ciências Jurídicas** [online], 2009, vol. 3, n. 1, p. 69-81. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj030830.pdf>> Acesso em: 08 jul. 2013.

SOUZA, Mônica Sena de *et al.* Acessibilidade e inclusão social. **Inf. Inf.**, v. 18, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2013.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB: lei 9.394/1996**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

TEIXEIRA, Maria Cristina. O direito à educação nas Constituições brasileiras. **Revista do Curso de Direito**, vol. 5, n. 5, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/viewFile/464/460>> Acesso em: 20 jun. 2012.

WILLIAMS, T. J. Availability, accessibility and demand for recommended books in academic libraries. **Journal of Librarianship and Information Science**, 1999, v. 31(3), pp.145-151.

WILHELMUS, David W. Perspectives on the Americans with disabilities act: Accessibility of academic libraries to visually impaired patrons. **The Journal of Academic Librarianship**, 1996, v. 22(5), pp.366-370 [Periódico revisado por pares].

WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA, Salvatore. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 97-110, 2012. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2631/3062>> Acesso em: 07 jul. 2013.

APÊNDICE A - Termo Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do estudo: Acessibilidade física no espaço interno da biblioteca do Campus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

Pesquisadora responsável: Meriely Ferreira de Almeida

Instituição: Universidade Mogi das Cruzes

Orientadora: Professora Dra. Ivone Panhoca

Prezado(a) Senhor(a):

• Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

1. Natureza da pesquisa: o(a) sr.(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade propor um “modelo” para a implantação de acessibilidade física no espaço interno da biblioteca do Campus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, mediante dados coletados nas diferentes etapas do estudo realizado, deste modo, visando acesso igualitário a todos os seus setores.
2. Participantes da pesquisa: Serão 20 participantes, sendo bibliotecários com cargos em bibliotecas da rede federal de ensino.
3. Procedimentos. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas que abordam a forma de implantação de acessibilidade física na biblioteca que o(a) sr.(a) trabalha, dentro da rede federal de ensino.
4. Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo o(a) sr.(a) permitirá que a pesquisadora conheça a realidade da acessibilidade física em bibliotecas da rede federal de ensino.
5. Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e sua orientadora terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.

7. Benefícios: ao participar desta pesquisa o(a) sr.(a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo resulte em informações importantes sobre acessibilidade física em bibliotecas, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa promover a acessibilidade física visando à usabilidade e contribuir para a discussão de políticas públicas voltadas para inclusão e acessibilidade física em bibliotecas, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.
8. Pagamento: o(a) sr.(a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Pesquisadora: Meriely Ferreira de Almeida–037 9120-6113–merielyferreira@hotmail.com

Orientadora: Professora Dra. Ivone Panhoca.

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Mogi das Cruzes – UMC - Tel./Fax: (011) 4798-7085 - e-mail: cep@umc.br - Av. Cândido Xavier de Almeida Souza, 200 – Prédio II – Sala 21-21.

APÊNDICE B – Questionário

QUESTIONÁRIO SOBRE ACESSIBILIDADE FÍSICA EM ALGUMAS BIBLIOTECAS DA REDE FEDERAL DE ENSINO

Instituição: _____

Biblioteca: _____

	ITENS PARA AVALIAÇÃO	Não	Sim	Comentário
1	INFORMAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO			
1.1	A Instituição se mostra preocupada com a acessibilidade física de pessoas com necessidades específicas?			
1.2	Considera a Instituição um local acessível?			
1.3	Há algum projeto de acessibilidade física implantado ou em fase de implantação na Instituição?			
2	INFORMAÇÕES SOBRE A BIBLIOTECA			
2.1	A Biblioteca é acessível?			
2.2	A acessibilidade física na Biblioteca foi implantada conforme a Norma da ABNT NBR 9050?			
2.3	A Biblioteca está preparada para oferecer às pessoas com necessidades específicas um atendimento de qualidade e sem limitações?			
3	INFORMAÇÕES SOBRE O BIBLIOTECÁRIO(A)			
3.1	Possui treinamento ou capacitação para atender usuários com necessidades específicas?			
3.2	Possui experiência profissional referente a implantação de acessibilidade física em biblioteca?			
3.3	Já participou de algum congresso, seminário ou fórum que tratava de acessibilidade física em bibliotecas?			
3.4	No currículo de sua formação acadêmica continha alguma disciplina que tratava de acessibilidade física em bibliotecas?			
3.5	Você se sente capaz de prestar um bom atendimento às pessoas com necessidades específicas?			
4	INFORMAÇÕES SOBRE OS USUÁRIOS			
4.1	A Instituição fornece informações à biblioteca sobre a quantidade de estudantes matriculados com necessidades específicas?			
4.2	Possui informações sobre o número de funcionários com necessidades específicas que trabalham na instituição?			
4.3	Possui informação do total de usuários que frequentam a biblioteca e que possuem necessidades específicas?			
4.4	Existe interesse das pessoas com necessidades específicas da comunidade externa, pelos serviços da Biblioteca?			

5	Marque a alternativa que melhor represente sua resposta.
5.1	Sobre a implantação de acessibilidade física na biblioteca: <input type="checkbox"/> Foi elaborado um projeto em conjunto com outros setores da instituição afim de analisarem a melhor maneira de implantação da acessibilidade. <input type="checkbox"/> Foi imposto pela instituição um projeto de acessibilidade para a biblioteca. <input type="checkbox"/> Foi utilizado um projeto já implantado em outra instituição. <input type="checkbox"/> Não possui projeto, foi feita algumas adaptações básicas para a acessibilidade.

5.2	Qual o maior obstáculo encontrado durante a implantação de acessibilidade física na biblioteca: <input type="checkbox"/> Falta de apoio da Instituição. <input type="checkbox"/> Falta de investimento financeiro. <input type="checkbox"/> Falta de um projeto de acessibilidade física que contemplasse a biblioteca. <input type="checkbox"/> Falta de capacitação dos funcionários.
5.3	Qual foi a duração total da implantação de acessibilidade física na biblioteca: <input type="checkbox"/> de 01 mês a 06 meses. <input type="checkbox"/> de 07 meses a 01 ano. <input type="checkbox"/> de 13 meses a 02 anos. <input type="checkbox"/> ainda está em implantação.
5.4	Para você a implantação de acessibilidade física em biblioteca é importante para: <input type="checkbox"/> receber nota máxima na Avaliação do MEC. <input type="checkbox"/> oferecer oportunidade aos portadores de necessidades específicas de utilizarem a biblioteca e seus serviços. <input type="checkbox"/> seguir uma legislação vigente . <input type="checkbox"/> o desenvolvimento da infraestrutura da Instituição, atraindo assim mais estudantes com necessidades específicas.
5.5	O que considera mais importante no processo de implantação de acessibilidade em biblioteca é a: <input type="checkbox"/> capacitação dos funcionários para oferecer um atendimento de qualidade aos usuários com necessidades específicas. <input type="checkbox"/> compra de equipamentos de tecnologia assistiva. <input type="checkbox"/> implantação de layout que ofereça acessibilidade física na biblioteca. <input type="checkbox"/> implantação de serviços diferenciados para pessoas com necessidades específicas.
6	Informações complementares

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Acessibilidade física no espaço interno da biblioteca do Campus São João del-Rei, do

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

Pesquisador: Meriely Ferreira de Almeida

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 35522314.0.0000.5497

Instituição Proponente: ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 819.236

Data da Relatoria: 23/09/2014

Apresentação do Projeto:

Nos últimos anos, muito tem se falado sobre inclusão social para pessoas com necessidades específicas, sendo um tema atual e complexo. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estabelecidos através do Censo de 2010, 23,9% da população brasileira tem alguma deficiência, porém estes dados não abarcam casos de pessoas em situação de mobilidade reduzida por tempo determinado, o que pode elevar ainda mais a parcela de pessoas com necessidades específicas (IBGE, 2010). Para esclarecer, pessoas com necessidades específicas são aquelas que, temporária ou permanentemente, têm restrita habilidade de conviver com o meio e usufruí-lo. Este grupo é formado por usuários de cadeiras de rodas ou muletas, deficientes auditivos e visuais, deficientes mentais, idosos, gestantes, obesos e os convalescentes cirúrgicos.

Imprescindível é entender e considerar o direito de ir e vir que pertence àquelas pessoas que não encontram portas largas, rampas de acesso, não consegue frequentar sala de aula, não podem ler livros impressos, dentre outras limitações. Estes direitos são assegurados pela Constituição Brasileira de 1988, no Art. 5º, Capítulo I, onde diz que “todos são iguais perante a lei, garantindo-se aos brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, e à propriedade”. Dispõe deste modo, a conceder de forma comedida o direito social ao pacote básico de sobrevivência, sendo o acesso à saúde, ao trabalho, à educação e ao lazer.

Endereço: Av. Cândido Xavier de Almeida Souza, 200

Bairro: Prédio II, sala 2121(UMC)

CEP: 08.780-911 UF: SP Telefone: (11)4798-7085

Município: MOGI DAS CRUZES

Fax: (11)4798-7085

E-mail: cep@umc.br

Continuação do Parecer: 819.236

A educação é o pedestal de uma sociedade, seja ela avançada ou em desenvolvimento. Por meio dela o homem determina seus objetivos, suas relações e busca realizar seus anseios. Em seu Art. 26, Capítulo I, a Declaração Mundial dos Direitos Humanos relata:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito (ONU, 1948).

Quando direcionamos a discussão para a área da educação, fica convincente que sem instalações adequadas não pode haver trabalho educativo. As limitações decorrentes de ambientes inapropriados às pessoas com necessidades específicas são fatores associados à sua segregação, principalmente as nomeadas barreiras arquitetônicas, urbanísticas e ambientais, designadas pela NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004, p. 2) como “elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano”.

As pessoas com necessidades específicas contam com uma legislação farta, com leis que escudam seus direitos e endossam a questão da acessibilidade. Tornar-se, portanto, imprescindível que ocorra a implantação de políticas públicas objetivando a acessibilidade na educação. Importante salientar que um ambiente educacional inclusivo é aquele que promove a construção do conhecimento ao alcance de todas as pessoas, respeitando todo tipo de diversidade. Ser diferente é também ser munido de possibilidades, enfim, ser portador de alguma necessidade é ter direito de mostrar suas potencialidades.

Várias instituições terão que adaptar suas instalações, serviços e sistemas de informação a fim de obter a superação de barreiras arquitetônicas e informacionais, ampliando e oportunizando o atendimento de pessoas com necessidades específicas. Buscando a adequação imposta, o Campus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, vem desenvolvendo medidas de adaptação, como reforma, e ações nos projetos de futuras obras, visando à inclusão de sua comunidade acadêmica e da comunidade em geral. No Campus, a biblioteca tem papel primordial de tratar, organizar, armazenar, promover o uso e o acesso à informação nas diversas áreas do conhecimento, buscando a satisfação dos usuários.

Quais medidas serão necessárias para a adequação do espaço externo e interno da biblioteca do Campus São João Del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, buscando a acessibilidade de todos?

De acordo com o Desenho Universal, conceito desenvolvido por profissionais de arquitetura, os produtos e ambientes devem ser desenvolvidos com a finalidade de serem usados por todas as

Endereço: Av. Cândido Xavier de Almeida Souza, 200

Bairro: Prédio II, sala 2121(UMC)

CEP: 08.780-911 UF: SP Telefone: (11)4798-7085

Município: MOGI DAS CRUZES

Fax: (11)4798-7085 E-mail: cep@umc.br

Continuação do Parecer: 819.236

peças, sem necessidade de adaptação ou design diferenciado. Conforme Carletto e Cambiaggi

(2008, p.10):

O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A idéia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos.

Atualmente, existe a carência de um estudo mais detalhado das condições arquitetônicas de acessibilidade externas e internas, que partem desde o projeto de construção até a entrega da biblioteca aos usuários. Todas as etapas poderão ser acompanhadas, avaliadas e divulgadas neste trabalho.

Enfim, observa-se a importância de bibliotecas se adequarem aos acontecimentos que atingem a sociedade, especialmente aos novos rumos tomados por instituições de ensino. Do ponto de vista sistêmico, a biblioteca não é um organismo autônomo, mas um subsistema, que é influenciado por e interage com instituições superiores. Neste contexto, seus objetivos e serviços sofrem alterações constantes devido a mudanças informacionais, sociais, políticas e econômicas. Seu planejamento deve estar alinhado com a missão, visão, finalidades e princípios das instituições a que estão subordinadas.

Contudo, é preciso conhecer as necessidades dos usuários e o contexto da biblioteca dentro da instituição, para que se torne além de acessível, um ambiente inclusivo, estimulando a autonomia e a independência dos seus usuários.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Visando acesso igualitário a todos os seus setores o objetivo, aqui, é propor recomendações para a implantação de acessibilidade física no interior da biblioteca do Campus São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, mediante dados coletados nas diferentes etapas do estudo realizado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Pesquisar métodos, técnicas e ferramentas de projetos da literatura da área que atendam às necessidades e expectativas do presente estudo;

Endereço: Av. Cândido Xavier de Almeida Souza, 200

Bairro: Prédio II, sala 2121(UMC)

CEP: 08.780-911 UF: SP Telefone: (11)4798-7085

Município: MOGI DAS CRUZES

Fax: (11)4798-7085 E-mail: cep@umc.br

Continuação do Parecer: 819.236

- Apresentar procedimentos que possam ser adotados para promover a acessibilidade física visando à usabilidade;
- Analisar a forma de implantação de acessibilidade física que foi utilizada em bibliotecas da rede federal, com ênfase nas principais dificuldades encontradas durante o processo;
- Contribuir para a discussão de políticas públicas voltadas para inclusão e acessibilidade física em bibliotecas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto é inovador e está bem delimitado. Seus resultados devem trazer mais elementos para a discussão sobre as políticas públicas de acessibilidade no ensino superior em específico e na educação como um todo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido menciona os riscos e benefícios da realização da pesquisa e ressalta a garantia dos direitos dos sujeitos da pesquisa quanto à informação e privacidade e encaminhamento indicando que os itens mencionados, estão sob responsabilidade do orientador, dos alunos e da instituição onde os dados serão coletados em consonância a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. As informações aos sujeitos da pesquisa sobre o acesso ao pesquisador e o CEP estão contempladas no TCLE.

Recomendações: Não se aplica

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: Não se aplica

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

Endereço: Av. Cândido Xavier de Almeida Souza, 200

Bairro: Prédio II, sala 2121(UMC)

CEP: 08.780-911 UF: SP Telefone: (11)4798-7085

Município: MOGI DAS CRUZES

Fax: (11)4798-7085 E-mail: cep@umc.br

Continuação do Parecer: 819.236

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, solicita ao pesquisador responsável que encaminhe os relatórios parcial e final referentes a este projeto até o mês de setembro de 2015.

MOGI DAS CRUZES, 05 de Outubro de 2014

Assinado por:
CASSIA REGINA DA SILVA NEVES CUSTODIO (Coordenador)

Endereço: Av. Cândido Xavier de Almeida Souza, 200
Bairro: Prédio II, sala 2121(UMC)
CEP: 08.780-911 UF: SP Telefone: (11)4798-7085
Município: MOGI DAS CRUZES
Fax: (11)4798-7085 E-mail: cep@umc.br